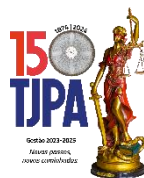




PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



SERVIÇO DE LICITAÇÕES

DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

TJPA – EDITAL DO PE 020/2026 (90020/2026) –
Contratação de empresa especializada em
Comercialização Varejista de Energia Elétrica para o
fornecimento de energia de fonte 100% renovável,
destinada ao atendimento de Unidades Judiciárias do
Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA),
mediante migração para o Ambiente de Contratação
Livre (ACL).

SEI N° 0004127-59.2025.8.14.0900

Para participar, é essencial conhecer os normativos
internos do TJPA.

INSTRUÇÕES
NORMATIVAS
TJPA



Endereço do Serviço de Licitações:

Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.

Retire o edital e acompanhe esta licitação
e seus atos, via www.comprasnet.gov.br



CONTATO

licitacao@tjpa.jus.br
(91) 3205-3257

← Portal de
Licitações do
TJPA



**SERVIÇO DE
LICITAÇÕES**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

VITRINE – MURAL



OBJETO E DATA DE ABERTURA

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Comercialização Varejista de Energia Elétrica para o fornecimento de energia de fonte 100% renovável, destinada ao atendimento de Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), mediante migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

DATA DE ABERTURA: 18/05/2026

HORÁRIO: 10:00

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

CRITÉRIO PARA LANCE: Menor preço fixo do lote único

TIPO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto



NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

SEI nº 0004127-59.2025.8.14.0900



PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

PRAZO: 02 horas após solicitação do agente de contratação



VALOR ESTIMADO

VALOR GLOBAL DO CERTAME: Orçamento Sigiloso



LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

☐ SIM ☒ NÃO



REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

JURÍDICA: Item 8.20

FISCAL e TRABALHISTA: Item 8.21

ECONÔMICO-FINANCEIRA: Item 8.22

TÉCNICA: Item 8.23



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

PRAZO: Até às 23h59min do dia 13/05/2026

FORMA: via email: licitacao@tjpa.jus.br



INFORMAÇÕES GERAIS

GARANTIA – ITEM 5.15. DO TR

A garantia, realizada via seguro-garantia, deve ser prestada no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

Sumário

1. PREÂMBULO.....	4
2. DO OBJETO	5
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	6
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO	9
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	13
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	14
8. DA FASE DE JULGAMENTO	19
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	22
10. DO TERMO DE CONTRATO	27
11. DOS RECURSOS.....	28
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	29
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	32
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	33



1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 004/2025-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 02 de setembro de 2025 torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: licitacao@tjpa.jus.br, informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

1.3. **FONTE DE RECURSOS:**

Dotações utilizadas pelo Pedido :

Dotação	: 2026/209 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.0000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.39.43.00.00.00 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA	
Item de Despesa	: 2468 - Serviços de Energia Elétrica - SEADM	

Dotação	: 2026/223 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.0000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.39.43.00.00.00 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA	
Item de Despesa	: 2468 - Serviços de Energia Elétrica - SEADM	

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão eletrônico é a Contratação de empresa especializada em Comercialização Varejista de Energia Elétrica para o fornecimento de energia de fonte 100% renovável, destinada ao atendimento de Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), mediante migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.

2.2. A licitação será realizada em único item.

2.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou

distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.6.4.2. estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.6.4.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.6.5. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. A vedação de que trata o item 3.6.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.
- 4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação permanecerá sob sigilo durante a fase competitiva do certame, sendo tornado público após o encerramento dessa fase.
- 4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.



4. DO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, **a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 9.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. A comprovação será realizada mediante consulta à certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5.1. Da análise da documentação apresentada, poderão ser identificadas as seguintes situações:

4.5.1.1. Caso seja comprovado o cumprimento das exigências legais, o licitante será considerado habilitado para prosseguir no certame.

4.5.1.2. Na hipótese de descumprimento ou ausência da comprovação, o Tribunal de Justiça notificará o licitante para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa e a critério da administração, apresente a Certidão atualizada que demonstre a regularidade no cumprimento da reserva de cargos.

4.5.1.3. O não atendimento ao disposto no item 5.5.1.2. no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, conforme previsão contida na legislação vigente.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$)

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

6.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11.11. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.11.7., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.11.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.16. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Pará;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.20. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. O agente de contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).
- 7.8.1. O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
- 7.8.2. Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.8.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.
- 7.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:
- 7.9.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

FIQUE ATENTO!

A não observância às exigências integrais deste edital poderá ensejar inabilitação.



8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio admitido pela administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o item 5.5. e seguintes do presente instrumento convocatório.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

8.13.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

8.13.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.14.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. Habilitação jurídica:

8.20.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.20.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.20.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente

registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.20.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.20.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.20.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.20.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.20.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.21. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.21.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.21.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.21.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.21.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. Qualificação Econômico-Financeira:

8.22.1. Conforme ponto 14.9.2. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.23. Qualificação Técnica:

8.23.1. Conforme ponto 14.9.1. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.24. O(A) pregoeiro(a) deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

8.24.1. A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

8.24.2. Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

8.24.3. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.25. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 9.26 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.26. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 9.25, o agente de contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.27. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.27.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

8.28. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.29. O TJPA possibilitará 02 (duas) oportunidades para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente.



9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, sendo o caso de contratação, será formalizado o instrumento contratual ou outro instrumento equivalente, nos termos deste Edital.

9.2. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura do instrumento contratual ou para aceitação ou retirada de instrumento equivalente, devendo atendê-la no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

9.3. A convocação para assinatura dar-se-á por meio eletrônico, mediante envio, ao endereço eletrônico informado pelo adjudicatário, de:

I – link para realização de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, quando ainda não possuir acesso; e

II – link para assinatura eletrônica do instrumento contratual, após a efetivação do cadastro.

9.4. O prazo previsto no item 10.2 abrange:

I – a realização do cadastro no SEI; e

II – a assinatura eletrônica do instrumento contratual ou a aceitação ou retirada do instrumento equivalente.

9.5. O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, inclusive quanto à realização do cadastro no SEI, será considerado recusa injustificada à contratação.

9.6. O prazo previsto no item 10.2 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário, apresentada durante o seu transcurso, e desde que aceita pela Administração.

9.7. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o termo de contrato, nem aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.8. Previamente à assinatura do instrumento contratual, será verificada a manutenção das condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

9.9. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência."



10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

FIQUE ATENTO!

Observe os percentuais de multa estabelecidos para os casos de descumprimento do pactuado. – ITEM 11.4.



11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3. não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.5. fraudar a licitação.

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência:

11.2.2. Multa:

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar:

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será conforme especificado no Termo de Referência, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1, 11.1.1 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1, 11.1.1 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico: licitação@tjpa.jus.br.**

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 13.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.10.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 13.10.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

Belém, 30 de abril de 2026

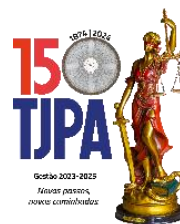
MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



TERMO DE REFERÊNCIA

[SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA]

Nº 01 – VERSÃO 06

Objeto: Contratação de empresa comercializadora varejista para o fornecimento de energia elétrica 100% renovável no ambiente de contratação livre (ACL) a unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

SEI Nº 0004127-59.2025.8.14.0900



**PLANO ANUAL
DE
CONTRATAÇÕES**

TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO
ESTADO DO
PARÁ



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 001 / 2023 TJPA**

FASE DE
PLANEJAMENTO
DA
CONTRATAÇÃO



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 002 / 2024 TJPA**

FASE DE
SELEÇÃO DO
FORNECEDOR



1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023

1.1. Da definição

1.1.1. Contratação de empresa especializada em Comercialização Varejista de Energia Elétrica para o fornecimento de energia de fonte 100% renovável, destinada ao atendimento de Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), mediante migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:

☒ Fornecimento Contínuo/ Aquisição de bens

☒ Contratação de serviços

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☒ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☐ Contratação de serviços de arquitetura/engenharia

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☐ Contratação de serviços especiais

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

1.3. O objeto é especificado como bem "de luxo"? - Portaria nº 2.029/2023-GP (TJPA)

☒ Não

☐ Sim – Justificativa:

2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023

2.1. O volume de energia objeto desta contratação foi estimado com base no histórico de consumo das primeiras unidades judiciárias a serem atendidas por esta contratação:

Item	CATSER	Quantidade Estimada (MWh)
Fornecimento de Energia 100% renovável no ambiente de contratação livre (ACL) a Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pelo período de 66 meses como comercializadora varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e Concessionária de energia local (incluindo execução de serviço de adequação do Sistema de Medição para Faturamento de cada Unidade Judiciária contemplada)	27863	6.400 por ano
Quantitativo estimado da contratação		32.000,00 – 66 meses

2.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi obtida mediante levantamento técnico pormenorizado do histórico de consumo real inicial de 48 (quarenta e oito) Unidades Judiciárias deste Tribunal de Justiça atendidas em Média Tensão (Grupo A), cujas faturas de energia elétrica foram analisadas em um recorte temporal representativo (Anexo I deste TR).

2.3. A memória de cálculo para os montantes apresentados baseia-se nos seguintes critérios:

- a) **Análise Retrospectiva:** A base de cálculo considerou a média de consumo mensal consolidada das unidades consumidoras, projetada para um período de 12 meses. Esta análise permitiu identificar o perfil de carga real e as variações sazonais inerentes às atividades do Poder Judiciário nas diversas comarcas contempladas.
- b) **Projeção de Consumo Anual (6.400 MWh):** A quantidade estimada anual de 6.400 MWh reflete o somatório das demandas médias dessas unidades.
- c) **Planejamento Plurianual (32.000 MWh):** O quantitativo total de 32.000 MWh para o período de 5 (cinco) anos justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade do suprimento de energia elétrica 100% renovável por meio de um contrato de longo prazo, essencial para a obtenção de preços mais competitivos (preços de energia de prazo mais longo costumam ser mais vantajosos que os de curto prazo, conforme explicitado

no item 11.1 deste Termo de Referência). O montante total servirá de balizamento para a contratação da energia de fonte 100% renovável, assegurando que o Tribunal possua lastro suficiente para cobrir sua integralidade de consumo.

2.4. Dessa forma, os quantitativos apresentados são condizentes com a realidade operacional do Tribunal, garantindo a economicidade pretendida e o pleno atendimento das necessidades energéticas das unidades judiciárias envolvidas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

3.1. Fundamentação:

3.1.1. A elevação sistemática das tarifas de energia elétrica é impulsionada por um conjunto complexo de variáveis, que abrangem desde os custos de geração, transmissão e distribuição até a incidência de encargos setoriais, tributos, variações cambiais e a aplicação das bandeiras tarifárias. Diante desse cenário, a busca por estratégias de economia tornou-se imperativa, destacando-se não apenas as medidas de eficiência energética e o controle rigoroso da qualidade do consumo, mas também a adoção de fontes alternativas e a conscientização dos usuários.

3.1.2. Nesse contexto, a adoção do modelo de contratação de energia elétrica proveniente de fontes 100% renováveis no ambiente de contratação livre representa medida relevante de promoção da sustentabilidade institucional, especialmente no que se refere à dimensão ambiental. Ao optar por energia oriunda de fontes limpas, como solar, eólica ou hídrica, o Tribunal contribui diretamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa, para a diminuição da dependência de fontes fósseis e para o fortalecimento da matriz energética sustentável no Estado e no país.

3.1.3. Além dos benefícios ambientais, essa estratégia também reforça o compromisso institucional com práticas de governança responsável, alinhadas a políticas públicas de desenvolvimento sustentável e às diretrizes nacionais e internacionais de responsabilidade socioambiental. Ademais, a contratação no mercado livre possibilita maior autonomia com relação às fontes de proveniência da energia a ser contratada, que deverá ser 100% renovável, permitindo que critérios de sustentabilidade sejam incorporados à decisão administrativa, ao mesmo tempo em que se busca eficiência econômica, tornando a iniciativa um instrumento que concilia economicidade, inovação e responsabilidade ambiental.

3.1.4. Diferentemente do mercado cativo, no qual o consumidor permanece vinculado a uma concessionária específica e a tarifas predeterminadas, o Ambiente de Contratação Livre (ACL) constitui um ecossistema que permite a livre negociação de condições, prazos e preços entre consumidores e fornecedores, oferecendo flexibilidade e vantagens competitivas substanciais. Com a recente abertura desse mercado para consumidores atendidos em média e alta tensão, consolidou-se a oportunidade regulatória para que este Tribunal execute a migração, visando a redução considerável e sustentável de seus custos operacionais com energia elétrica.

3.1.5. Portanto, a presente demanda fundamenta-se na necessidade de modernização do modelo de gestão e contratação de energia elétrica do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Atualmente, o suprimento das unidades judiciárias ocorre integralmente no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), modelo que, como já mencionado, não permite a negociação de preços e submete a Administração à volatilidade das bandeiras tarifárias e aos reajustes anuais compulsórios das distribuidoras locais.

3.1.6. Sendo assim, a migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de uma comercializadora varejista, justifica-se pelos seguintes fatores aqui elencados:

- a) **Eficiência Econômica (Economicidade):** *A mudança de regime de contratação tem o potencial de reduzir os custos com energia para as 48 unidades contempladas. Tal economia seria essencial para a otimização dos recursos públicos e redirecionamento de verbas para a atividade-fim do Poder Judiciário.*
- b) **Responsabilidade Socioambiental (ESG):** *A contratação prioriza o fornecimento de energia proveniente de fontes 100% renováveis, devidamente comprovada por certificados I-REC. Esta medida alinha o TJPA às diretrizes de sustentabilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reduzindo a pegada de carbono da instituição.*
- c) **Aperfeiçoamento Operacional e Tecnológico:** *A solução inclui a adequação do Sistema de Medição para Faturamento (SMF), dotando o Tribunal de sistemas de que permitem o monitoramento preciso do consumo. Além disso, a representação varejista simplifica a gestão administrativa, centralizando a interface com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em um único parceiro especializado.*
- d) **Segurança Jurídica e Administrativa:** *O modelo varejista é a opção mais segura para a Administração Pública, pois transfere os riscos de mercado e os encargos regulatórios para a comercializadora contratada, mantendo o foco do Tribunal na fiscalização da prestação do serviço.*

3.1.7. Diante deste cenário, a contratação revela-se oportuna e conveniente, apresentando-se como a solução técnica e economicamente mais vantajosa para atender à demanda energética do TJPA com eficiência e sustentabilidade.

3.1.8. A fundamentação para a contratação de uma comercializadora varejista para o fornecimento de energia no Mercado Livre (ACL) para o TJPA baseia-se em quatro principais parâmetros: Econômico, Normativo/Legal, Ambiental/Sustentável e Técnico, os quais, de forma integrada, evidenciam a vantajosidade, a legalidade e a aderência estratégica desta solução.

3.1.9. Econômico: Eficiência e Economicidade

3.1.9.1. A migração para o Mercado Livre de Energia possibilita ao Tribunal deixar de ser um consumidor passivo, sujeito às tarifas reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, dentro do mercado cativo, passando a atuar de forma mais estratégica, com capacidade de negociação direta de preços junto aos agentes comercializadores. Esse modelo tende a proporcionar redução relevante dos custos com energia elétrica, podendo alcançar economias significativas em comparação ao ambiente regulado, conforme apontam estudos e referências de mercado.

3.1.9.2. Além da economia direta, destaca-se o ganho em previsibilidade orçamentária, uma vez que a contratação poderá ser estruturada com preço fixo e mecanismos de reajuste previamente definidos (como indexação ao IPCA), reduzindo a exposição do Tribunal à volatilidade das bandeiras tarifárias e a reajustes extraordinários do setor elétrico. Tal previsibilidade é fundamental para o planejamento financeiro de médio e longo prazo, especialmente em contratos plurianuais, como neste caso, com prazo de 66 meses, permitindo maior controle sobre despesas continuadas e mitigando riscos orçamentários.

3.1.9.3. Adicionalmente, a consolidação da demanda energética em um único contrato de maior volume, poderá proporcionar ganho de escala e maior poder de barganha, sendo esperado que contribua para a obtenção de condições comerciais mais vantajosas.

3.1.10. Normativo e Legal: Cumprimento das Leis de Licitação

3.1.10.1. Sob o aspecto jurídico, a contratação encontra respaldo nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à busca da proposta mais vantajosa para a Administração e à promoção da eficiência na gestão dos

recursos públicos. A adoção do Ambiente de Contratação Livre configura medida alinhada à lógica de planejamento e racionalidade administrativa exigida pela legislação vigente.

3.1.10.2. Adicionalmente, a solução proposta observa as diretrizes de racionalização do gasto público, conforme orientações normativas aplicáveis, ao buscar alternativa que proporcione melhor relação custo-benefício em comparação ao modelo tradicional de contratação no ambiente regulado.

3.1.10.3. A opção pelo modelo de comercialização varejista, conforme regulamentação da ANEEL, apresenta relevante vantagem operacional, uma vez que simplifica a gestão contratual e reduz a complexidade administrativa. Nesse modelo, a comercializadora contratada assume responsabilidades como a representação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a gestão de garantias financeiras e a operacionalização das obrigações setoriais, permitindo ao Tribunal concentrar-se na gestão estratégica do consumo, sem necessidade de internalizar estruturas técnicas especializadas para atuação direta no mercado.

3.1.11. Ambiental e Sustentável: Governança, Sustentabilidade e Responsabilidade Institucional:

3.1.11.1. A contratação de energia proveniente de fontes 100% renováveis no Ambiente de Contratação Livre insere-se como instrumento relevante de promoção da sustentabilidade institucional, contribuindo diretamente para a redução dos impactos ambientais associados ao consumo energético.

- a) **Alinhamento com o CNJ (PLS-Jud):** A medida está alinhada às diretrizes do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-Jud), que determina que os tribunais adotem práticas sustentáveis, incentivando a adoção de práticas voltadas à eficiência no uso de recursos naturais e à redução da pegada ambiental das instituições públicas. Nesse sentido, a utilização de energia limpa 100% renovável representa ação concreta de cumprimento dessas diretrizes.
- b) **Agenda 2030 (ODS 7 e 13):** A iniciativa encontra aderência à Agenda 2030 da ONU, especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), ao fomentar o consumo de energia proveniente de fontes renováveis e contribuir para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.
- c) **Rastreabilidade via I-REC:** Destaca-se, ainda, a previsão de rastreabilidade da origem da energia por meio de certificados internacionais, como os I-RECs (International

Renewable Energy Certificates), os quais asseguram que a energia consumida possui lastro em geração renovável. Esse mecanismo confere transparência, credibilidade e verificabilidade à política ambiental adotada, evitando riscos de greenwashing (estratégia de marketing, onde empresas fingem ser ambientalmente responsáveis) e fortalecendo a governança socioambiental perante órgãos de controle e a sociedade.

3.1.12. Técnico: Modernização da Infraestrutura

3.1.12.1. Sob o aspecto técnico, a migração para o Ambiente de Contratação Livre exige neste primeiro momento a adequação dos sistemas de medição das unidades consumidoras em 48 (quarenta e oito) unidades, com a implementação de Sistemas de Medição para Faturamento (SMF) e soluções de telemetria, possibilitando o acompanhamento detalhado e em tempo real do consumo de energia elétrica por este Tribunal.

3.1.12.2. Essa modernização proporciona ao Tribunal maior capacidade de gestão ativa do consumo energético, permitindo a identificação de padrões de uso, detecção de desperdícios, otimização da demanda contratada e adoção de medidas de eficiência energética mais assertivas.

3.1.12.3. Além disso, o acesso a dados mais precisos e tempestivos favorece a tomada de decisão baseada em evidências, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão energética institucional e para a redução de custos operacionais ao longo do tempo.

3.1.12.4. Dessa forma, verifica-se que a contratação proposta não se limita a uma alternativa de fornecimento de energia, mas representa uma estratégia integrada de eficiência econômica, conformidade legal, sustentabilidade ambiental e modernização tecnológica, plenamente alinhada às necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
SEENG56A26		SEENG56A26	

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

4.1. A solução consiste na migração do modelo de suprimento de energia elétrica do TJPA para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio da contratação de uma Comercializadora Varejista. Esta escolha fundamenta-se na busca por eficiência fiscal e administrativa, estruturando-se nos seguintes pilares:

- a) **Escopo Técnico e Operacional:** A contratada deverá fornecer energia elétrica de fonte 100% renovável, tais como: Eólica, Solar, Biomassa ou Energia Hídrica (Usinas Hidrelétricas - UHE, Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH ou Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGH), para atender, neste primeiro momento, a demanda de 48 (quarenta e oito) Unidades Judiciárias pertencentes ao Grupo A (Média Tensão). O volume estimado de fornecimento é de 6.400 MWh anuais, totalizando aproximadamente 32.000 MWh ao longo dos 66 meses de contrato.
- b) **Representação e Gestão Varejista:** A solução adota o modelo de comercialização varejista, no qual a empresa contratada assume a responsabilidade de representar o TJPA perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Isso inclui:
 - Gestão de encargos e riscos de mercado;
 - Liquidação financeira junto à CCEE;
 - Monitoramento diário de consumo e gestão de excedentes ou déficits de energia.
- c) **Adequação do Sistema de Medição para Faturamento (SMF):** Como requisito indispensável para a portabilidade, a solução engloba a prestação de serviços de adequação técnica do Sistema de Medição para Faturamento (SMF) em 48 (quarenta e oito) unidades. A contratada, dentro de sua competência como comercializadora varejista, deverá o padrão de medição para que os medidores atendam aos padrões técnicos da Distribuidora Local (Equatorial Pará) e aos requisitos exigidos pela CCEE.
- d) **Sustentabilidade e Certificação:** Em consonância com as diretrizes de sustentabilidade do Poder Judiciário, a solução exige a entrega de Certificados de Energia Renovável (I-RECs). Esses certificados servirão como lastro para a comprovação de que a energia consumida pelo Tribunal é proveniente de fontes limpas, fortalecendo assim, a agenda Socioambiental da instituição.
- e) **Forma de Pagamento e Faturamento:** O faturamento será realizado mensalmente, baseado no consumo medido e no preço fixo (R\$/MWh) acordado em contrato, corrigido

anualmente pelo IPCA (índice usualmente utilizado para este tipo de contratação). Ressalta-se que o Tribunal continuará pagando as faturas de uso do sistema (TUSD) diretamente à Distribuidora Local, enquanto a fatura de energia será paga à Comercializadora Varejista contratada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

5.1. Requisito 1: A Contratada deverá ser Comercializadora Varejista perante a CCEE

5.1.1. A exigência de que a contratada atue na condição de comercializadora varejista devidamente autorizada justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa possua habilitação legal e capacidade operacional para representar o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assumindo integralmente as obrigações regulatórias, operacionais e financeiras inerentes à participação no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

5.1.2. A modalidade de comercialização varejista foi instituída com o propósito de simplificar e desburocratizar o acesso de consumidores ao mercado livre de energia, permitindo que unidades consumidoras, especialmente aquelas sem estrutura técnica especializada, possam usufruir dos benefícios do ACL sem a necessidade de adesão direta como agente da CCEE. Nesse modelo, a comercializadora contratada passa a ser responsável pela gestão da representação junto à Câmara, incluindo a administração de contratos, liquidação financeira, garantias e demais encargos setoriais, reduzindo significativamente a complexidade administrativa para o contratante.

5.1.3. Por outro lado, na hipótese de contratação por meio de comercializadora atacadista, o TJPA seria obrigado a se tornar agente da CCEE, assumindo diretamente a chamada “Representação CCEE”, o que implicaria o cumprimento de uma série de obrigações regulatórias, técnicas e financeiras, tais como: gestão de garantias, contabilização e liquidação de energia, acompanhamento de regras de mercado, além da necessidade de estrutura interna especializada para atendimento às exigências do setor elétrico. Tal cenário acarretaria elevação da complexidade operacional, aumento de riscos regulatórios e maior custo administrativo indireto para a Administração.

5.1.4. Dessa forma, a exigência da modalidade varejista revela-se medida necessária e adequada para assegurar eficiência administrativa, mitigação de riscos e simplificação da gestão contratual, permitindo que o Tribunal usufrua dos benefícios econômicos do mercado livre de energia sem a necessidade de internalizar competências técnicas

específicas ou assumir encargos regulatórios diretamente, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade que regem a Administração Pública.

5.2. Requisito 2: Fornecimento de Energia de Fonte 100% Renovável e Comprovação via certificados I-REC

5.2.1. A definição do requisito de fornecimento proveniente exclusivamente de fontes renováveis é fundamentada nos seguintes pilares estratégicos e normativos:

- a) **Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS-Jud):** Conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os órgãos do Poder Judiciário devem implementar ações que visem a sustentabilidade ambiental e a redução do consumo de recursos naturais. A opção por fontes renováveis contribui diretamente para o alcance das metas de desempenho ambiental do TJPA, elevando sua pontuação nos rankings de governança do setor público.
- b) **Descarbonização e Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE):** Ao garantir que a energia consumida nas 48 Unidades Judiciárias tenha origem limpa, o Tribunal reduz drasticamente sua pegada de carbono. Este requisito permite que o TJPA neutralize o impacto ambiental de sua operação energética, demonstrando compromisso prático com a Agenda 2030 da ONU, especificamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).
- c) **Valoração e Transparência via Certificação I-REC:** A exigência de energia renovável atrelada à entrega de certificados internacionais assegura a rastreabilidade da energia. Isso garante que, para cada megawatt-hora consumido, houve a geração equivalente de energia limpa injetada no sistema, conferindo segurança jurídica e transparência à prestação de contas do Tribunal perante a sociedade e os órgãos de auditoria. O I-REC (*International Renewable Energy Certificate*) é um sistema global de certificação que comprova a origem da energia elétrica consumida, garantindo que ela foi gerada a partir de fontes 100% renováveis (solar, eólica, hídrica ou biomassa).
- d) **Incentivo à Matriz Energética Sustentável:** Como grande consumidor de energia, o TJPA exerce seu papel de indutor do mercado ao utilizar seu poder de compra para fomentar a geração de energia sustentável. Esta escolha desestimula a dependência de termelétricas fósseis (mais caras e poluentes), colaborando para a segurança energética nacional e para a estabilidade de preços a longo prazo no setor elétrico.

5.2.2. Dessa forma, a restrição à contratação de energia proveniente de fontes renováveis não configura mera opção discricionária da Administração, mas decorre de estudo técnico

prévio e de decisão fundamentada, orientada por critérios de sustentabilidade, eficiência e responsabilidade institucional. Tal diretriz assegura que a modernização do modelo energético do Tribunal ocorra de forma alinhada às boas práticas de governança socioambiental, contribuindo simultaneamente para a redução de impactos ambientais e para a otimização da gestão dos recursos públicos.

5.3. Requisito 3: Modulação conforme Perfil Carga.

5.3.1. A adoção do requisito de Modulação Plena (conforme perfil de carga) para a aquisição de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) é fundamental para assegurar a eficiência operacional e financeira do TJPA, fundamentando-se nos seguintes pontos:

- a) **Sazonalidade e Oscilação do Consumo Judiciário:** As unidades do Tribunal apresentam variações significativas de consumo ao longo do dia e dos meses, influenciadas pelo horário de expediente, realização de mutirões e o uso intensivo de sistemas de climatização. A modulação garante que a energia contratada seja entregue exatamente na mesma proporção da curva de carga das unidades objeto desta contratação, evitando que o Tribunal receba energia em excesso em períodos de baixo consumo (como madrugadas e fins de semana) e sofra déficit em horários de pico.
- b) **Mitigação de Riscos de Exposição ao PLD:** No Mercado Livre, caso a energia contratada (lastro) seja diferente do consumo real em uma determinada hora, a diferença é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O PLD constitui o indexador fundamental do ACL, sendo utilizado para a valoração financeira no Mercado de Curto Prazo (MCP) e sua aplicação incide sobre o balanço entre os montantes de energia efetivamente contratados e o consumo real verificado, atuando como um mecanismo de equilíbrio entre a oferta e a demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dessa forma, o PLD liquida eventuais exposições financeiras decorrentes de desvios entre o planejamento e a execução do consumo. Ao exigir que a Comercializadora Varejista realize a modulação conforme perfil de carga, o TJPA transfere para a contratada essa tarefa. Assim, o Tribunal paga o preço fixo pactuado por toda a energia consumida, independentemente de quando o consumo ocorra, garantindo a previsibilidade total da fatura.
- c) **Simplificação da Gestão de Contratos:** Sem a modulação pelo perfil de carga, o Tribunal teria que gerir "saldos" de energia mensalmente, vendendo sobras ou comprando faltas no mercado atacadista — uma operação complexa e burocrática. A

modulação simplifica a execução contratual, pois a Comercializadora Varejista assume o papel de ajustar o suprimento de forma dinâmica.

5.3.2. Portanto, a exigência de modulação conforme o perfil de carga é uma medida de prudência administrativa que garante que o TJPA pague apenas pela energia efetivamente utilizada, eliminando riscos regulatórios e financeiros inerentes às flutuações horárias do mercado livre.

5.4. Requisito 4: Adequação e Comissionamento do Sistema de Medição (SMF)

5.4.1. A exigência de adequação e comissionamento do Sistema de Medição para Faturamento (SMF) em todas as 48 (quarenta e oito) unidades consumidoras participantes do projeto é um requisito técnico e legal indispensável, fundamentado nos seguintes pontos:

- a) **Conformidade com as Normas da ANEEL e CCEE:** De acordo com os Procedimentos de Comercialização da CCEE e as Resoluções Normativas vigentes da ANEEL, a migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) exige que o sistema de medição atenda a requisitos rigorosos de precisão e comunicação. A adequação do padrão de medição é uma condição prévia obrigatória para que a distribuidora local (Equatorial Pará) autorize a troca de regime de faturamento, garantindo que os dados de consumo sejam coletados em intervalos de 5 minutos e enviados automaticamente à Câmara de Comercialização.
- b) **Implementação de Telemetria e Monitoramento Remoto:** A adequação consiste na instalação padrão de medição dotado de tecnologia de telemetria. Este requisito permite que o TJPA e a comercializadora varejista monitorem o consumo de cada comarca em tempo real. Tal visibilidade é essencial para a gestão eficiente do contrato, permitindo a identificação imediata de desvios de consumo, falhas operacionais ou picos de demanda que possam comprometer a economia planejada.
- c) **Garantia da Integridade e Auditabilidade dos Dados:** O comissionamento (processo de testes e validação oficial) assegura que o sistema de medição está operando sem erros de leitura, evitando cobranças indevidas ou glosas por parte da distribuidora ou da CCEE.
- d) **Mitigação de Riscos de Atraso na Migração:** A inclusão deste requisito como obrigação da contratada justifica-se pela necessidade de centralização da responsabilidade técnica e operacional da migração, assegurando maior eficiência e segurança na execução do objeto contratual. Ao atribuir à comercializadora varejista a incumbência pela adequação física das 48 (quarenta e oito) unidades iniciais consumidoras, o TJPA reduz significativamente os riscos decorrentes da atuação de

múltiplos fornecedores, evitando problemas de interface, incompatibilidades técnicas e eventuais atrasos no processo de migração. Tal medida contribui para garantir a continuidade e o cumprimento do cronograma de transição para o Ambiente de Contratação Livre, especialmente no que se refere à homologação técnica junto à distribuidora local.

5.5. Requisito 5: Flexibilidade +100% / -100%

5.5.1. A Flexibilidade de Consumo constitui um mecanismo regulatório e contratual no Ambiente de Contratação Livre (ACL) que assegura a manutenção do preço pactuado independentemente de oscilações no volume de energia efetivamente consumido, desde que respeitados os limites paramétricos estabelecidos. Na prática, este dispositivo define bandas percentuais de variação (mínima e máxima) em relação ao montante contratual de referência, conferindo ao consumidor proteção contra a volatilidade do mercado de curto prazo.

5.5.2. Considerando que o volume de energia desta demanda foi projetado com base na média histórica mensal de cada unidade judiciária, e que a estratégia adotada prevê uma Flexibilidade de +100% / -100% (Consumo Livre), torna-se prescindível a aplicação de cláusulas específicas de Sazonalidade. Isso ocorre porque a amplitude da flexibilidade sugerida é tecnicamente capaz de absorver qualquer variação estocástica ou sazonal do consumo, garantindo que a totalidade da carga medida seja liquidada integralmente ao preço fixo do contrato, eliminando a necessidade de alocações mensais distintas de lastro.

5.6. Requisito 6: Suporte na Denúncia do Contrato com a Distribuidora Equatorial Energia

5.6.1. Requisito operacional para garantir que os prazos regulatórios de saída do mercado cativo sejam cumpridos sem gerar multas por quebra de contrato.

5.6.2. Este requisito foi estabelecido para assegurar que a transição do TJPA para o Ambiente de Contratação Livre ocorra sem riscos de interrupção do fornecimento e com o máximo aproveitamento dos benefícios previstos para esta contratação.

5.7. Da sustentabilidade

(X) Econômico-Financeira:

5.7.1. A sustentabilidade econômico-financeira da contratação evidencia-se pela combinação de redução de custos, previsibilidade orçamentária e otimização da gestão dos recursos públicos. A migração para o Ambiente de Contratação Livre possibilita a

diminuição de despesas operacionais associadas ao fornecimento de energia elétrica, especialmente pela eliminação de encargos variáveis característicos do mercado cativo (ACR). Adicionalmente, a adoção de modelo contratual com preço fixo, reajustado por índices oficiais, ao longo de período de 66 meses, confere maior estabilidade e segurança ao planejamento orçamentário, mitigando riscos decorrentes da volatilidade tarifária, como variações das bandeiras tarifárias e reajustes extraordinários do setor elétrico.

5.7.2. Esse cenário permite ao Tribunal estruturar um fluxo de despesas mais linear e previsível, reduzindo a necessidade de suplementações orçamentárias imprevistas e fortalecendo o controle financeiro institucional. Ademais, a economia estimada, associada à contratação, apresenta caráter contínuo e sustentável ao longo da vigência contratual, contribuindo para a melhor alocação dos recursos públicos, com potencial redirecionamento de verbas para atividades finalísticas do Poder Judiciário. Dessa forma, a solução adotada alinha-se aos princípios da economicidade, eficiência e responsabilidade fiscal, promovendo ganhos estruturais e duradouros para a Administração.

(X) Ambiental:

5.7.3. A contratação exige o fornecimento de energia elétrica proveniente de fontes 100% renováveis (eólica, solar, biomassa ou hídrica), com a obrigatoriedade de entrega mensal de certificados *I-REC (International Renewable Energy Certificate)*. Esta medida garante a rastreabilidade da energia, assegura que o consumo das 48 (quarenta e oito) unidades judiciárias não contribua para a emissão de gases de efeito estufa e fomenta a matriz energética limpa nacional.

(X) Social:

5.7.4. Ao priorizar energias renováveis e a migração para o Mercado Livre, o Tribunal exerce seu papel de indutor de boas práticas de governança, contribuindo para a conscientização sobre o consumo responsável de recursos naturais e promovendo a imagem do Poder Judiciário como uma instituição comprometida com o bem-estar das futuras gerações.

5.7.5. É vedado que a empresa vencedora empregue trabalhadores menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, em conformidade com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

5.7.6. Deverão ser observadas as políticas de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, pessoas egressas do sistema prisional e mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991, art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, art. 25, §9º, incisos I e II da Lei 14.133/2021 e artigos. 33 a 39 da IN 01/23 deste TJPA.

(X) Governança e Gestão (Institucional):

5.7.7. A adoção do modelo de Comercialização Varejista contribui para a sustentabilidade da governança e da gestão institucional, ao promover maior eficiência, controle e racionalização dos processos relacionados à gestão energética. A centralização da responsabilidade técnica e financeira perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) na figura da contratada reduz significativamente a complexidade operacional e a carga burocrática do Tribunal, mitigando riscos regulatórios e permitindo maior foco nas atividades finalísticas da instituição.

5.7.8. Adicionalmente, a implementação de sistemas de telemetria nas unidades consumidoras fortalece os mecanismos de transparência, rastreabilidade e controle da informação, possibilitando o monitoramento em tempo real do consumo energético, a identificação de ineficiências e o suporte à tomada de decisão baseada em dados. Esse conjunto de medidas contribui para o aprimoramento da governança institucional, ao assegurar maior previsibilidade, accountability e capacidade de gestão estratégica dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência e transparência.

5.8. Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021

(X) NÃO SE APLICA

5.9. Da vedação de contratação de marca ou produto

(X) NÃO SE APLICA

5.10. Da exigência de amostra

(X) NÃO SE APLICA

5.11. Da exigência de carta de solidariedade

(X) NÃO SE APLICA

5.12. Da subcontratação – art. 54, da IN nº 02/2024

() Não será admitida a subcontratação.

() Será admitida a subcontratação do objeto.

(X) Será admitida a subcontratação de parte do objeto.

5.12.1. É vedada a subcontratação do objeto principal desta licitação, compreendido como a comercialização de energia elétrica e a representação varejista perante a CCEE.

5.12.2. Admite-se a subcontratação parcial exclusivamente para a execução de serviços acessórios de engenharia elétrica, tais como a adequação física e o comissionamento dos Sistemas de Medição para Faturamento (SMF):

a) Seja previamente autorizada pela Administração do TJPA.

b) A subcontratada deverá comprovar, com intermediação da Contratada, perante a Fiscalização do TJPA (Secretaria de Engenharia), a sua regularidade fiscal, trabalhista e a devida capacidade técnica para a execução dos serviços de adequação de SMF e telemetria, mediante a apresentação da documentação listada a seguir, cuja análise e autorização por escrito do Tribunal são condições indispensáveis para o início dos trabalhos:

- Registro no Conselho Profissional (CREA/PA): Certidão de Registro e Quitação da empresa e de seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- Atestado de Capacidade Técnica: Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou serviços similares, compatíveis ou superiores em pelo menos 24 unidades (instalação/adequação de Sistemas de Medição para Faturamento - SMF);
- Certidões de Acervo Técnico (CAT): Do engenheiro responsável, comprovando experiência em adequação de cabines primárias e subestações;
- Certificações de Segurança (NR-10 e NR-35): Comprovação de que os eletricitas que acessarão as unidades judiciárias possuem treinamento atualizado para trabalho em eletricidade e altura;

c) A Contratada principal permaneça integralmente responsável perante o TJPA pela qualidade técnica, prazos e obrigações trabalhistas/previdenciárias da subcontratada.

d) Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TJPA ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.12.3. A subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo esta como única responsável direta perante o Tribunal por qualquer dano ou atraso causado pela subcontratada.

5.12.4. A permissão de subcontratação restrita à etapa de adequação dos sistemas de medição visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de comercializadoras sediadas em diferentes regiões do país, sem prejuízo à execução do objeto principal. Considerando que as intervenções físicas nas unidades consumidoras demandam atuação local, a possibilidade de contratação de empresas de engenharia sediadas no Estado do Pará contribui para a redução de custos logísticos e de mobilização, tornando a proposta mais vantajosa para a Administração.

5.12.5. Além disso, essa medida favorece a dinamização da economia local, ao permitir a participação indireta de empresas regionais especializadas, sem comprometer a qualidade técnica da execução. Ressalta-se que a subcontratação está limitada a atividades acessórias e de natureza instrumental, não abrangendo o objeto principal da contratação — qual seja, o fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre e a gestão perante a CCEE —, o qual permanece de responsabilidade exclusiva da contratada.

5.12.6. Dessa forma, a subcontratação parcial mostra-se adequada e alinhada aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência, sem implicar riscos à continuidade, à segurança do suprimento de energia ou à adequada execução contratual.

5.13. Da garantia da fase de seleção do fornecedor

(X) NÃO SE APLICA

5.13.1. Garantia para participação da licitação

(X) NÃO SE APLICA

5.13.2. Garantia adicional – para os casos de pagamento antecipado

(X) NÃO SE APLICA

5.14. Da prova de conceito

(X) NÃO SE APLICA

5.15. Garantia Contratual

5.15.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.15.2. Tratando-se de Seguro-Garantia será dado o prazo mínimo de 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

5.15.3. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária qualquer das modalidades previstas no item 5.9.1.

5.15.4. Os riscos a serem cobertos são:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

5.15.5. A garantia contratual prestada pela contratada deverá ser atualizada sempre que houver atualização do valor do contrato, havendo ou não prorrogação contratual.

5.15.6. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023

(X) NÃO SE APLICA

7. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023

7.1. Catálogo eletrônico de padronização

[] Sim

[X] Não

Justificativa: O TJPA não possui catálogo próprio.

7.1.1. Na hipótese de haver discordância entre a descrição do objeto conforme indicado no código Catmat/Catser no portal compras.gov e a descrição presente neste documento, a descrição contida no Termo de Referência terá precedência.

7.2. Especificação

7.1. O objeto consiste na contratação integrada de fornecimento de energia elétrica e serviços de gestão no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme especificações a seguir:

Item	CATSER	Quantidade Estimada (MWh)
Fornecimento de Energia 100% renovável no ambiente de contratação livre (ACL) a Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pelo período de 66 meses como comercializadora varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e Concessionária de energia local (incluindo execução de serviço de adequação do Sistema de Medição para Faturamento de cada Unidade Judiciária contemplada)	27863	6.400 por ano
Quantitativo estimado da contratação		32.000,00 – 66 meses

7.1.1. Produto: Fornecimento de Energia Elétrica

- a) **Tipo de Energia:** Energia de Fonte 100% Renovável (Eólica, Solar, Biomassa ou Hídrica).
- b) **Certificação de Origem:** Obrigatoriedade de lastro rastreável por meio de certificados I-REC (*International Renewable Energy Certificate*), a serem entregues mensalmente correspondente ao volume equivalente do consumo medido.

- c) **Volume Estimado:** 6.400 MWh anuais, totalizando 32.000 MWh no período de 66 meses.
- d) **Regime de Modulação:** O fornecimento deverá acompanhar o perfil de carga real das 48 (quarenta e oito) unidades judiciárias, sem custos adicionais de modulação para o Contratante.
- e) **Sazonalização:** A energia deverá ser alocada mensalmente de forma a cobrir integralmente o consumo do Tribunal, conforme as variações sazonais de carga.

7.1.2. Serviço: Representação e Gestão Varejista

- a) **Representação Técnica:** A contratada atuará como Agente Varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assumindo todas as obrigações financeiras, encargos, gestão de garantias e representação técnica e jurídica das 48 (quarenta e oito) Unidades Consumidoras.
- b) **Gestão de Dados:** Disponibilização de plataforma web/sistema de gestão para monitoramento de consumo, controle de faturas e relatórios de economia gerada em relação ao Mercado Cativo (ACR). A Contratada deverá disponibilizar acesso (via login e senha) a uma plataforma de gestão de energia que contemple obrigatoriamente as seguintes funcionalidades e requisitos:

- **Funcionalidades de Monitoramento e Telemetria**

Dashboard de Consumo: Visualização consolidada e individualizada das 48 Unidades Consumidoras, com dados atualizados via telemetria em intervalos de 15 ou 60 minutos.

Gráficos de Perfil de Carga: Ferramenta para análise de curvas de carga diárias, mensais e anuais, permitindo identificar picos de consumo e horários de maior demanda.

- **Funcionalidades Financeiras e de Auditoria**

Relatório de Economicidade: Demonstrativo mensal comparando o custo real no Mercado Livre (Preço Fixo) versus o custo estimado que seria pago no Mercado Cativo (ACR/Tarifa da Distribuidora), para fins de comprovação de eficiência administrativa.

Repositório de Faturas: Histórico digitalizado de todas as faturas de energia (TE) emitidas pela contratada e faturas de uso (TUSD) emitidas pela distribuidora (Equatorial).

Memória de Cálculo: Detalhamento transparente dos impostos incidentes e encargos setoriais aplicados.

- **Funcionalidades de Sustentabilidade**

Módulo I-REC: Espaço dedicado para o download e rastreabilidade dos certificados de energia renovável vinculados ao consumo do Tribunal, com indicação da usina geradora e fonte (solar, eólica, etc.).

Relatório de Emissões Evitadas: Cálculo automático da redução da pegada de carbono (CO2) decorrente do uso de energia 100% renovável.

- **Requisitos de Segurança e Suporte**

Hierarquia de Acesso: Possibilidade de criação de perfis distintos (Ex: Perfil "Administrador" para a Engenharia de Belém e perfil "Consulta" para gestores das comarcas do interior).

Disponibilidade e Suporte: Garantia de disponibilidade do sistema de 99% (uptime) e suporte técnico para dúvidas ou falhas de acesso no prazo de 24 horas.

7.1.3. Serviço: Adequação e Comissionamento do SMF

a) **Escopo Técnico:** Realização de todas as intervenções físicas necessárias nas 48 (quarenta e oito) Unidades Judiciárias para a adequação dos Sistemas de Medição para Faturamento (SMF), conforme as Normas Técnicas da Distribuidora Local (Equatorial Pará) e da CCEE, **cujos valores já deverão estar embutidos no preço fixo final ofertado.**

b) **Equipamentos:** Fornecimento e instalação de medidores digitais de alta precisão, conforme exigência do setor, dotados de sistema de telemetria funcional e compatível com os sistemas de coleta de dados da CCEE e concessionária Local (Equatorial Pará).

c) **Responsabilidade:** Obtenção de pareceres técnicos, solicitações de vistorias e homologação final junto à concessionária de energia local (Equatorial Pará) e CCEE.

7.1.4. Flexibilidade de consumo

a) **Percentual:** Será aplicada a flexibilidade de +100% / -100% (Consumo Livre).

b) **Critério:** Todo o volume de energia efetivamente medido nas unidades consumidoras será faturado ao preço fixo (R\$/MWh) pactuado em contrato, independentemente de oscilações para cima ou para baixo em relação à estimativa inicial, vedando-se a exposição do Tribunal ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

7.2. Da Proposta de preços:

O modelo da proposta de preços a ser apresentado consta do anexo III deste termo de referência.

7.2.1. Diretrizes Gerais

7.2.1.1. A proposta de preços deverá ser apresentada de forma clara e detalhada, conforme anexo III deste termo de referência, em moeda corrente nacional, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução integral do objeto, incluindo tributos (ICMS, PIS, COFINS ou quaisquer outros incidentes), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, taxas da CCEE, fretes; deslocamentos para as 48 comarcas e o lucro da empresa.

7.2.1.2. A proposta de preços deverá conter ainda as seguintes informações:

- a) Nome/Razão Social:
- b) CNPJ:
- c) Endereço completo com CEP:
- d) Fone/Celular:
- e) Outros (correio eletrônico, caixa postal, etc.):
- f) Banco/Nome e nº da Agência/Conta Corrente:
- g) Responsável legal para assinatura do instrumento de contratação:
- h) Validade da Proposta: 90 dias.
- i) Objeto: **Contratação de empresa especializada em Comercialização Varejista de Energia Elétrica para o fornecimento de energia de fonte 100% renovável, destinada ao atendimento de Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)**, mediante migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e no Termo de Referência, Anexo I do edital.
- j) Valor total da contratação:

7.2.2. Composição da Proposta (Itens Obrigatórios)

- a) Indicação do Preço Fixo em R\$/MWh (Reais por Megawatt-hora), que será aplicado ao consumo medido das unidades migradas.
- b) Este valor deve ser único englobando todas as 48 unidades judiciárias, independentemente da localização geográfica no Estado do Pará.
- c) O preço proposto não poderá sofrer variações em função de bandeiras tarifárias ou oscilações do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

7.2.3. Documentação Técnica Anexa à Proposta de preços

7.2.3.1. Para fins de validação da exequibilidade e conformidade técnica, a licitante deverá anexar à sua proposta:

- a) **Comprovante de Agente na CCEE:** Comprovação de registro da empresa como comercializadora varejista ou gerador associado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- b) **Declaração de Fonte Renovável:** Documento formal assegurando que 100% da energia a ser fornecida provém de fontes renováveis, garantindo a entrega dos certificados *I-REC* mensais.
- c) **Cronograma Físico de Implantação:** Planejamento detalhado para a adequação das 48 unidades dentro do prazo máximo de 180 dias, considerando a logística de atendimento às comarcas do interior.
- d) **Termo de Ciência das Condições de Migração:** Declaração de que a licitante analisou o histórico de consumo do TJPA e está ciente dos prazos regulatórios de denúncia junto à Equatorial Pará.
- e) **Demonstração da Plataforma:** Breve memorial descritivo das funcionalidades da plataforma de gestão eletrônica que será disponibilizada ao Tribunal.

7.2.4. Validade da Proposta

7.2.4.1. A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023

8.1. Condições de entrega ou execução dos serviços

8.1.1. A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, o Cronograma de Migração, detalhando as datas das vistorias e adequações dos medidores em cada unidade, respeitando as janelas de migração estabelecidas pela CCEE e pela distribuidora local (Equatorial).

8.1.2. A contratada deverá, por ocasião da assinatura do contrato, adotar todas as providências necessárias para a formalização da migração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo a comunicação aos agentes setoriais competentes, em especial à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e à distribuidora local de energia elétrica com vistas a cumprir o prazo mínimo legal previsto na resolução normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021 para a denúncia do Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER), de forma à resguardar que a migração ocorra até 180 dias após a assinatura do contrato.

8.1.3. Compete à contratada realizar, em nome do TJPA, todos os atos formais exigidos para a operacionalização da mudança de ambiente de contratação, observando os prazos regulatórios e as condições estabelecidas na legislação e nas normas aplicáveis, garantindo a continuidade do fornecimento de energia elétrica sem interrupções.

8.1.4. A contratada deverá, ainda, manter o Tribunal devidamente informado acerca do andamento das providências adotadas, apresentando comprovação das comunicações realizadas e dos registros efetuados junto aos órgãos e agentes envolvidos.

8.2. Local de entrega ou execução dos serviços

8.2.1. A execução do objeto ocorrerá de forma híbrida, conforme a natureza das etapas:

- a) **Serviços de Adequação Técnica (SMF):** Serão executados presencialmente nas dependências de 48 (quarenta e oito) Unidades Judiciárias do Grupo A constantes no **Anexo II** deste TR, distribuídas em diversas comarcas do Estado do Pará.
- b) **Fornecimento de Energia e Gestão:** Dar-se-á de forma remota, por meio do sistema interligado de energia elétrica e pela disponibilização da plataforma eletrônica de gestão para as unidades administrativas do TJPA em Belém/PA.

8.3. Condições de recebimento

Os serviços e o fornecimento de energia serão recebidos em duas etapas distintas:

8.3.1. Recebimento Provisório

- a) **Adequação do SMF:** Ocorrerá em cada unidade judiciária individualmente, até o 5º (quinto) dia útil após a instalação do medidor e telemetria, mediante a entrega do Laudo de Comissionamento e do protocolo de solicitação de vistoria junto à distribuidora.
- b) **Fornecimento de energia mensal:** Ocorrerá mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao consumo, mediante a apresentação do Relatório de Medição extraído da plataforma de gestão e da fatura de energia.

8.3.2. Recebimento Definitivo

- a) **Adequações Técnicas:** Dar-se-á de forma global, até 15 (quinze) dias após a homologação final de todas as 48 (quarenta e oito) unidades pela distribuidora local (Equatorial Pará) e efetiva conclusão do processo de migração no sistema da CCEE.
- b) **Fornecimento de energia Mensal:** Dar-se-á em até 30 (trinta) dias após o Recebimento Provisório, mediante a conferência dos seguintes requisitos:
- **Conformidade de Faturamento:** Verificação se o valor unitário por MWh cobrado na fatura de energia corresponde exatamente ao Preço Fixo pactuado em contrato, devidamente reajustado pelo índice oficial (IPCA) anualmente, se for o caso;
 - **Validação do Lastro Renovável:** Entrega e validação dos certificados *I-REC* (ou documento equivalente de rastreabilidade) correspondentes ao volume integral de energia consumido no mês;
 - **Relatório de Performance:** Entrega de relatório demonstrativo do consumo consolidado das 48 (quarenta e oito) unidades, para fins de controle de perfil de carga e acompanhamento estatístico da economicidade do contrato em relação ao mercado cativo (apenas para fins de registro histórico);
 - **Regularidade:** Verificação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, além da regularidade perante a CCEE.

8.3.3. Critérios de Rejeição:

8.3.3.1. O recebimento definitivo será condicionado à correção de eventuais inconsistências nas medições ou na certificação de origem renovável. Caso os certificados *I-REC* não sejam entregues ou apresentem irregularidades, o recebimento será suspenso até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato.

9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023

9.1. Garantia Técnica dos Equipamentos e Serviços (SMF)

9.1.1. A Contratada deverá garantir a integridade e o perfeito funcionamento dos medidores e sistemas de telemetria instalados em todas as Unidades Judiciárias durante toda a vigência do contrato, contados a partir do recebimento definitivo das adequações técnicas.

9.1.2. A garantia técnica deverá cobrir falhas na instalação/adequações, vícios de montagem nos painéis de medição e erros de configuração no software de telemetria.

9.2. Assistência Técnica e Manutenção

9.2.1. Suporte Operacional: A Contratada deverá manter canal de suporte técnico (0800, e-mail ou portal de chamados) disponível 24 horas **por dia, 7 dias da semana**, para atendimento de demandas técnicas do sistema de medição ou relacionadas ao faturamento e ao uso da plataforma de gestão.

9.2.2. Manutenção Corretiva do SMF: Em caso de falha na comunicação dos dados de telemetria ou avaria física no sistema de medição, a Contratada deverá promover a manutenção corretiva no local (unidade judiciária) no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a notificação, sob pena de glosa contratual e aplicação de sanções.

9.2.3. Responsabilidade por Interrupções: Caso a falha no sistema de medição de responsabilidade da Contratada gere multas por parte da CCEE ou faturamentos por estimativa que prejudiquem o TJPA, a Contratada deverá arcar integralmente com tais custos.

9.2.4. A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços com a máxima qualidade, eficiência e conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que todos os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos exigidos e em conformidade com as normas aplicáveis.

Em caso de identificação de qualquer falha, erro ou inadequação nos serviços prestados, a CONTRATADA deverá solucionar o problema de forma imediata e eficaz, sem causar qualquer prejuízo à CONTRATANTE, arcando com todos os custos necessários para a correção. A CONTRATADA se responsabiliza ainda por eventuais danos decorrentes de sua atuação indevida ou defeituosa, inclusive aqueles relacionados a atrasos, custos adicionais ou prejuízos operacionais da CONTRATANTE, assumindo todas as

responsabilidades legais e contratuais pertinentes à regularização do serviço, inclusive no que concerne à responsabilização perante terceiros.

A solução deverá ser realizada no prazo mais curto possível, respeitando os termos acordados no contrato e o interesse da CONTRATANTE em garantir a continuidade das suas atividades de maneira ininterrupta e sem prejuízos financeiros.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023

10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação

☒ (X) Necessidade de formalização contratual

☐ () Formalização via empenho

☐ () Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual:

10.2. Obrigações da Empresa

10.2.1. Além das demais obrigações constantes deste Termo de Referência, a Contratada deverá:

- a) **Representação Varejista:** Atuar como Agente Varejista perante a CCEE, assumindo a responsabilidade técnica e financeira por todas as unidades consumidoras objeto desta contratação, incluindo a gestão de garantias financeiras e encargos setoriais.
- b) **Adequação do SMF:** Executar a adequação física e o comissionamento dos Sistemas de Medição para Faturamento (SMF) conforme as normas da Equatorial Pará e CCEE.
- c) **Garantia de Lastro Renovável:** Assegurar que 100% da energia fornecida provenha de fontes renováveis, comprovando mensalmente mediante a entrega de certificados *I-REC* (ou equivalente) em nome do TJPA.
- d) **Gestão de Dados:** Disponibilizar e manter plataforma de gestão de energia com acesso em tempo real aos dados de consumo e relatórios de desempenho.
- e) **Apoio à Migração:** Providenciar todos os trâmites burocráticos junto à Distribuidora e à CCEE para a efetiva denúncia do contrato cativo e migração para o ACL, respeitando os prazos regulatórios.

- f) **Manutenção e Suporte:** Realizar manutenção corretiva dos sistemas de medição no prazo máximo de 72 horas após notificação, garantindo a continuidade da coleta de dados.

10.3. Obrigações do TJPA

10.3.1. Além das obrigações constantes deste Termo de Referência, o Tribunal deverá:

- a) **Pagamento do Suprimento:** Efetuar o pagamento mensal das faturas de energia à Contratada, com base no Preço Fixo licitado e no consumo medido.
- b) **Pagamento do Uso (TUSD):** Manter o pagamento das faturas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) diretamente à concessionária local (Equatorial Pará).
- c) **Acesso às Instalações:** Garantir o livre acesso das equipes técnicas da Contratada a todas as unidades judiciárias objeto desta contratação para a execução dos serviços de adequação e manutenção dos medidores.
- d) **Documentação e Outorga:** Fornecer as procurações e documentos institucionais necessários para que a Contratada possa representar o TJPA perante a CCEE e a Distribuidora.
- e) **Fiscalização Técnica:** Designar gestor e fiscal de contrato para validar as medições, conferir a entrega dos certificados *I-REC* e monitorar a disponibilidade da plataforma de gestão.
- f) **Comunicação de Alterações:** Notificar a Contratada sobre ampliações de carga, reformas ou desativações de unidades que possam impactar significativamente o perfil de consumo contratado.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

11.1. Prazo de vigência do contrato

11.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 66 (sessenta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.1.2. A execução contratual compreenderá duas fases distintas e sucessivas:

I – fase pré-operacional; e

II – fase operacional.

11.1.3. A fase pré-operacional terá início na data de assinatura do contrato e se estenderá até a conclusão da adaptação física e homologação dos Sistemas de Medição para

Faturamento (SMF) de todas as 48 (quarenta e oito) unidades consumidoras do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, momento a partir do qual estarão aptas a operar no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

11.1.4. A adaptação física compreende a adequação dos sistemas de medição ao padrão exigido pelos Procedimentos de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo o processo de instalação de medidores, sua integração aos sistemas de monitoramento e o respectivo comissionamento e homologação junto à distribuidora local. Neste sentido, a contratada deverá atuar no que couber dentro de sua competência como comercializadora varejista, de modo a garantir a confiabilidade, integridade e auditabilidade dos dados de consumo.

11.1.5. Durante a fase pré-operacional, todas as obrigações contratuais assumidas pela contratada serão plenamente exigíveis, inclusive para fins de fiscalização, aplicação de penalidades, responsabilização contratual e cobertura por garantia, nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

11.1.6. A fase pré-operacional não ensejará qualquer pagamento à contratada, sendo considerada etapa preparatória indispensável à execução do objeto.

11.1.7. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, cronograma detalhado de execução das adaptações físicas das unidades consumidoras, contemplando as etapas de instalação, testes, comissionamento e homologação junto à distribuidora e à CCEE.

11.1.8. Após a aprovação do cronograma pela Administração, a contratada deverá iniciar a execução das adaptações físicas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, observando rigorosamente os prazos regulatórios e operacionais necessários à migração para o ACL.

11.1.9. O prazo previsto para a execução das adaptações físicas poderá ser prorrogado, de forma excepcional e uma única vez, mediante justificativa formal da contratada, desde que demonstrado motivo relevante e devidamente aceito pela Administração.

11.1.10. A fase operacional terá início com a conclusão da adaptação física e homologação dos SMF de todas as unidades consumidoras, momento a partir do qual será devido o pagamento à contratada, conforme disciplinado neste Termo de Referência.

11.1.11. O contrato poderá ser prorrogado até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade da continuidade e haja manifestação favorável da autoridade competente.

Justificativa para a vigência de 66 (sessenta e seis) meses:

11.1.1. O planejamento plurianual da contratação, com estimativa de 32.000 MWh para o período de 66 (sessenta e seis) meses, justifica-se não apenas pela necessidade de garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica às unidades judiciárias, mas também pela vantagem econômica inerente aos contratos de longo prazo no mercado livre de energia.

11.1.2. Isso ocorre porque, ao assumir compromissos de fornecimento por períodos mais extensos, os agentes comercializadores e geradores conseguem reduzir incertezas relacionadas à demanda futura, à volatilidade de preços e aos riscos hidrológicos e de mercado, o que permite a oferta de condições comerciais mais estáveis e, em geral, mais vantajosas. Em contrapartida, contratos de curto prazo tendem a incorporar maior grau de risco, especialmente em ambientes de oscilação de preços no mercado livre de energia, resultando em tarifas mais elevadas ou menos previsíveis.

11.1.3. Além disso, a contratação em horizontes mais longos possibilita ao consumidor institucional, como o Tribunal, aproveitar ganhos de escala e previsibilidade orçamentária, uma vez que o volume consolidado de energia a ser contratado permite maior poder de negociação e reduz a necessidade de contratações frequentes em condições de mercado eventualmente desfavoráveis.

11.1.4. Outro aspecto relevante é que contratos de longo prazo favorecem o acesso à energia proveniente de fontes renováveis com preços mais competitivos, considerando que empreendimentos de geração limpa, como solar e eólica, são estruturados com base em contratos de fornecimento de maior duração, os quais viabilizam a diluição de custos de investimento e operação ao longo do tempo.

11.1.5. Dessa forma, o planejamento adotado, ao consolidar a demanda energética do Tribunal em um horizonte de longo prazo, não apenas assegura o atendimento contínuo das unidades judiciárias, mas também maximiza a economicidade da contratação, reduz a exposição a riscos de mercado e confere maior estabilidade financeira à despesa pública, justificando a opção por contratação de longo prazo em detrimento de soluções fragmentadas de curto prazo.

11.2. Prazo de entrega ou execução dos serviços

11.2.1. A execução do objeto será dividida em duas etapas distintas e sucessivas:

I. Fase Pré Operacional de Adequação e Migração (Implantação):

a) **Prazo:** Até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

- b) **Atividades:** Inclui a vistoria técnica, do projeto, a substituição/adequação dos medidores (SMF) em 48 (quarenta e oito) unidades judiciárias, o comissionamento dos sistemas de telemetria e a conclusão dos trâmites burocráticos de migração perante a Distribuidora Local (Equatorial Pará) e a CCEE.
- c) **Condição:** A contratada deverá observar as "janelas de migração" mensais estabelecidas pela regulamentação do setor elétrico para garantir que a transição ocorra no menor prazo possível.

No setor elétrico, as "janelas de migração" são entendidos como prazos regulatórios estritos e períodos específicos do mês em que a transição de um consumidor do Mercado Cativo (ACR) para o Mercado Livre (ACL) pode efetivamente ocorrer.

II. Fase Operacional de Fornecimento de Energia (Suprimento):

- a) **Prazo:** Início imediato após a homologação da migração de cada unidade no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estendendo-se por todo o período o restante do período de vigência contratual.
- b) **Atividades:** Fornecimento contínuo de energia elétrica de fonte 100% renovável, gestão varejista, disponibilização da plataforma de monitoramento e entrega mensal dos certificados *I-REC*.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023

12.1. Estabelecimento de condições gerais

12.1.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas conforme as disposições do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da eficiência, segregação de funções e transparência.

12.1.2. O acompanhamento da execução contratual será exercido por uma equipe de fiscalização designada pela autoridade competente do TJPA, composta por:

- a) **Gestor do Contrato:** Responsável pela coordenação administrativa, formalização de termos aditivos, reajustes de preços e aplicação de sanções.
- b) **Fiscal Técnico (Engenharia):** Profissional da Secretaria de Engenharia e Arquitetura responsável por validar a medição da energia (MWh), acompanhar a telemetria, fiscalizar as adequações físicas do SMF e conferir os certificados *I-REC mensais*.

12.1.3. A fiscalização do Tribunal terá livre acesso a todos os dados de consumo das unidades judiciárias atendidas através da plataforma de gestão disponibilizada pela Contratada, bem como acesso aos dados oficiais registrados no sistema da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

12.1.4. A atuação da fiscalização não exime a Contratada de sua responsabilidade integral pela perfeita execução do objeto, nem pela correção de erros ou falhas técnicas verificadas durante o fornecimento ou na adequação dos sistemas de medição.

12.1.5. As comunicações entre o TJPA e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por correio eletrônico ou sistema oficial de gestão de documentos do Tribunal, por meio do sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações), garantindo o registro histórico de ordens de serviço, notificações e solicitações de manutenção corretiva.

12.1.6. Eventuais inconsistências de faturamento em relação ao Preço Fixo pactuado deverão ser dirimidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a contestação pela fiscalização, cabendo à Contratada a retificação imediata da nota fiscal ou a compensação no mês subsequente.

12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

12.2.1. Gestor do Contrato

Titular: Eliana Cristina dos Santos Souza Farah

Matrícula: 112844

Substituta/Substituto: Edson Gonçalves Ferreira Matrícula

Matrícula: 94625

12.2.2. Fiscal Técnico

Titular: Daniel Menezes Simas

Matrícula: 84565

Substituta/Substituto: Max Jorge Machado Santos

Matrícula: 161411

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023

13.1. Prazo e forma para pagamento

13.1.1. O pagamento será efetuado mensalmente e ocorrerá em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da nota fiscal/Fatura. (Art. 50 da IN nº 01/2023), que deverá vir acompanhada do Relatório de Medição e dos certificados *I-REC*.

13.1.2. A fatura deverá discriminar o volume de energia consumido (em MWh) e o Preço Fixo pactuado (R\$/MWh), livre de bandeiras tarifárias e encargos que sejam de responsabilidade da Contratada perante a CCEE.

13.1.3. O faturamento das unidades judiciárias será consolidado em uma fatura única ou segregado por grupos de comarcas, conforme conveniência administrativa do TJPA, sem prejuízo da individualização do consumo por unidade na plataforma de gestão.

13.1.4. Caso haja erro na Nota Fiscal ou falta de documentos complementares, o prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem após a regularização pela Contratada, sem ônus para o Tribunal.

13.2. Acordo de Nível de Serviço (ANS)

13.2.1. O pagamento mensal estará condicionado ao cumprimento dos indicadores de desempenho abaixo, sujeitando a Contratada a glosas ou retenções:

Indicador	Descrição	Meta de Desempenho	Impacto no Pagamento
Disponibilidade da Telemetria	Tempo em que os dados de consumo estão visíveis no sistema.	95% do tempo no mês.	Glosa de 0,1% por dia de atraso além da meta.
Certificação I-REC	Entrega dos certificados de energia renovável do mês.	100% do volume faturado.	Glosa de 0,1% por dia de atraso além da meta.
Acurácia do Faturamento	Conformidade entre o preço faturado e o preço contratado.	100% de conformidade.	Devolução em dobro de valores cobrados a maior.
Prazo de Manutenção	Reparo de falhas físicas no sistema de medição (SMF).	Máximo 72 horas.	Glosa conforme metodologia do item 13.2.2.

13.2.2. A não observância do prazo de 72 (setenta e duas) horas para a manutenção corretiva do SMF (físico ou telemetria), contado a partir da notificação oficial (via e-mail), ensejará a aplicação de glosa no pagamento mensal da fatura de energia, calculada da seguinte forma:

- a) **Glosa por Atraso na Disponibilidade de Dados (Telemetria):** Será aplicado o desconto de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total da fatura mensal de energia para cada dia de atraso no restabelecimento da comunicação de dados, por unidade consumidora afetada, limitado a 5% do valor da fatura mensal. A ausência de dados de telemetria impede a fiscalização em tempo real e a validação técnica da modulação da carga.
- b) **Glosa por Avaria Física Não Reparada (SMF):** Caso a avaria física no medidor impeça a coleta de dados pela CCEE, sujeitando o Tribunal ao faturamento por estimativa, a glosa será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da fatura mensal de energia para cada dia de inércia após o prazo de 72h, por unidade afetada.

13.2.3. Além da glosa, a Contratada deverá arcar com eventuais multas aplicadas pela CCEE ou pela Distribuidora Local decorrentes da falha de medição ou qualquer outro fator sob sua responsabilidade.

13.2.4. A glosa será aplicada diretamente na nota fiscal/fatura do mês subsequente à ocorrência, após a devida notificação e garantia da ampla defesa pela Contratada.

13.2.5. A aplicação da glosa possui natureza de compensação pela deficiência na prestação do serviço e não impede a aplicação de sanções administrativas (multas e outras) previstas no item 18 deste Termo de Referência, caso a falha se torne reiterada.

13.2.6. Durante toda a vigência do contrato, a Contratada deverá garantir a manutenção e atualização contínua da Plataforma de Gestão de Energia, assegurando a compatibilidade com novos sistemas operacionais e navegadores, bem como a implementação de melhorias de segurança de dados sem custos adicionais ao Tribunal.

Antecipação de pagamento

(X) NÃO SE APLICA

13.3. Cessão de crédito

(X) NÃO SE APLICA

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023

14.1. Forma de seleção

(X) Licitação

(X) Pregão

() Concorrência

() Concurso

() Leilão

() Diálogo competitivo

() Dispensa de licitação

() Inexigibilidade de licitação

14.2. Forma de seleção

(X) Eletrônica

() Presencial

14.3. Modo de disputa

(X) Aberto

() Aberto e fechado

() Fechado e aberto

() Não se aplica

14.4. Critério

(X) Menor Preço Fixo por MWh

() melhor técnica ou conteúdo artístico

() técnica e preço

() maior retorno econômico

() maior desconto

Justificativa:

14.4.1. A escolha pelo modelo de remuneração mediante Preço Fixo (reajustado anualmente pelo IPCA) para a contratação de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), fundamenta-se nos seguintes preceitos técnicos e administrativos:

- a) **Previsibilidade Orçamentária e Segurança Financeira:** Diferente do mercado cativo, onde o TJPA está exposto a bandeiras tarifárias e reajustes intempestivos, o modelo de Preço Fixo permite que a Administração conheça antecipadamente o custo exato do MWh para todo o período contratual. Isso facilita o planejamento orçamentário e evita a necessidade de suplementações de verbas decorrentes de crises energéticas ou variações bruscas no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).
- b) **Mitigação de Riscos de Mercado:** O mercado livre de energia pode apresentar alta volatilidade em períodos de escassez hídrica. Ao fixar o preço em contrato, o TJPA transfere o risco de oscilação de preços de curto prazo para a Comercializadora Varejista. Assim, mesmo que o custo de geração no país aumente, o Tribunal permanece pagando o valor pactuado em licitação, garantindo a manutenção da economia pretendida.
- c) **Simplificação da Gestão e Fiscalização Contratual:** O modelo de preço fixo simplifica significativamente a conferência das faturas e a fiscalização do contrato pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura. Não há necessidade de cálculos complexos vinculados a médias mensais de mercado ou índices variáveis, reduzindo a probabilidade de erros nas liquidações e garantindo maior transparência no controle dos gastos públicos.
- d) **Alinhamento com o Perfil de Consumidor Público:** Dada a natureza da dotação orçamentária pública, que é rígida e vinculada, a adoção de preços variáveis (indexados ao mercado de curto prazo) representaria um risco à gestão do recurso disponível para este fim. O Preço Fixo assegura que o benefício econômico obtido na licitação seja preservado independentemente das condições conjunturais do setor elétrico nacional.

14.5. Forma de parcelamento

- () Grupo único
- () Grupos
- () Grupos(s) e item(ns)
- () Item(ns)

(X) Item Único

Justificativa para o não parcelamento do objeto:

14.5.1. Para a contratação do fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por intermédio de comercializadora varejista, revela-se tecnicamente mais adequada a estruturação do objeto em item único, contemplando 48 (quarenta e oito) comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

14.5.2. Com fulcro no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o parcelamento deve considerar a viabilidade técnica e econômica, justifica-se a não divisão do objeto em itens ou parcelas, optando-se pela contratação global (item único), pelos seguintes motivos:

- a) ***Economia de Escala e Poder de Negociação:*** A reunião das 48 Unidades Judiciárias em um único item permite que o TJPA apresente um montante de consumo expressivo (6.400 MWh/ano). No mercado de energia, quanto maior o volume de carga concentrado, maior é o interesse das grandes comercializadoras e melhor é o desconto ofertado. O parcelamento em itens menores pulverizaria o consumo, reduzindo o poder de barganha do Tribunal e, conseqüentemente, elevando o preço unitário do MWh.
- b) ***Responsabilidade da Comercializadora Varejista (Interface Única):*** A essência da contratação varejista é a simplificação regulatória. Ao contratar uma única empresa para gerir todas as unidades, o TJPA garante que haja apenas um agente responsável por:
- Representar o Tribunal perante a CCEE;
 - Gerir os riscos de subcontratação ou sobrecontratação de energia;
 - Consolidar os dados de medição e faturamento. A divisão por itens entre empresas diferentes criaria uma fragmentação operacional ineficiente, exigindo que o TJPA gerisse múltiplos contratos com regras e prazos de migração distintos.
- c) ***Padronização Técnica e Padronização do SMF:*** O objeto inclui a adequação do Sistema de Medição para Faturamento (SMF). Manter um único fornecedor para as 48 unidades garante a padronização do padrão de medição, softwares de monitoramento e protocolos de comunicação. O parcelamento poderia resultar em tecnologias híbridas e dificuldades de integração dos dados de consumo em um dashboard único para a Secretaria de Engenharia.

- d) **Redução de Custos Administrativos e Processuais:** A gestão de um contrato global é administrativamente mais eficiente do que a fiscalização de diversos contratos fragmentados. Além disso, evita-se o risco de "seleção adversa", onde fornecedores licitariam apenas pelas unidades judiciais de fácil acesso ou maior consumo, deixando as unidades menores ou mais remotas sem ofertas competitivas.
- e) **Mitigação de Riscos de Migração:** A migração para o ACL envolve prazos rígidos junto à distribuidora local (Equatorial Pará). Com um único item, a estratégia de migração é coordenada de forma centralizada, garantindo que o cronograma de denúncia dos contratos vigentes e a entrada no mercado livre ocorram de forma harmônica para todo o parque imobiliário do Tribunal.

14.5.3. Diante do exposto, a adjudicação por Item Único é a medida que melhor atende ao princípio da eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a integridade técnica do objeto e a maximização dos ganhos econômicos pretendidos.

14.6. Forma de entrega ou prestação do serviço

- ☐ Integral
- ☐ Parcelado
- ☒ Continuado

14.7. Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte

Valor de referência: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). – Artigo 48, I, da Lei nº 123/2006.

Licitação

- ☐ Sim
- ☒ Não

Não sendo a licitação exclusiva, há item ou lote exclusivo?

Item/lote

- ☒ Não
- ☐ Sim

Apontar os itens/lotes exclusivos:

Justificativa para não adoção:

- () Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório
- () Não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado na justificativa abaixo.
- () Representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado
- (X) Não se aplica em razão do valor a ser contratado ser superior a R\$ 80.000,00

14.8. Do Orçamento Sigiloso

14.8.1. A adoção do orçamento sigiloso na presente contratação fundamenta-se na necessidade de ampliar a competitividade do certame e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

14.8.2. No contexto específico da contratação de fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de comercializadora varejista, o preço da energia configura-se como elemento altamente sensível e estratégico, sendo influenciado por múltiplas variáveis de mercado, tais como condições hidrológicas, oferta e demanda de energia, custos de geração, encargos setoriais, projeções de consumo, expectativas futuras e estratégias comerciais próprias de cada agente econômico.

14.8.3. A divulgação prévia do orçamento estimado pela Administração pode induzir comportamentos oportunistas por parte dos licitantes, promovendo a ancoragem das propostas em torno do valor de referência e reduzindo a efetiva competitividade. Tal cenário tende a limitar a obtenção de propostas mais vantajosas, com menor grau de disputa e inovação nas estratégias comerciais apresentadas. Por outro lado, a manutenção do sigilo estimula os licitantes a apresentarem propostas baseadas em sua real estrutura de custos, eficiência operacional e posicionamento estratégico, favorecendo a obtenção de condições econômicas mais vantajosas para o Tribunal.

14.8.4. Adicionalmente, o mercado livre de energia caracteriza-se por elevada dinamicidade e por negociações altamente customizadas, de modo que a preservação do sigilo do orçamento evita a exposição de parâmetros internos da Administração que poderiam ser utilizados como baliza para alinhamento de preços, comprometendo o caráter competitivo do certame.

14.8.5. Ressalta-se que o sigilo do orçamento não compromete a transparência do procedimento licitatório, uma vez que o valor estimado permanecerá devidamente registrado nos autos do processo administrativo e será divulgado após o encerramento da fase competitiva, nos termos da legislação vigente, assegurando o devido controle pelos órgãos de fiscalização e pela sociedade.

14.8.6. Dessa forma, a adoção do orçamento sigiloso mostra-se medida tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e alinhada às melhores práticas de contratação pública, contribuindo para a eficiência do processo licitatório, o incremento da competitividade e a obtenção de resultados mais vantajosos para a Administração Pública.

14.9. Exigências de habilitação

14.9.1. Habilitação técnica:

(X) Atestado de capacidade técnica

(X) Outros

Quais?

14.9.1.1. Considerando a necessidade de assegurar a continuidade do serviço público judiciário e o estrito cumprimento dos requisitos normativos da CCEE e ANEEL, a licitante deverá comprovar capacidade técnica para a execução do objeto mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

- a) **Registro na CCEE:** Documento formal que comprove a adesão da licitante como Agente Comercializador Varejista junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022.
- b) **Adimplemento Setorial:** Certificado de adimplemento ou declaração de que não possui pendências financeiras ou operacionais junto à CCEE.
- c) **Comprovação de Lastro:** Declaração de disponibilidade de lastro de energia renovável, suficiente para suprir a demanda global de 32.000 MWh do TJPA durante a vigência contratual.
- d) **Atestados de Capacidade Técnica (Pessoa Jurídica):** Apresentação de um ou mais atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para serviços similares, compatíveis ou superiores aos seguintes:
 - **Gestão de Migração:** Assessoria e condução de processos técnicos e administrativos para migração de consumidores do ACR (Cativo) para o ACL (Livre).

- **Gestão Multiunidades:** Gestão simultânea de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) unidades consumidoras no ACL, contemplando monitoramento de consumo via telemetria, gestão de dados no CliqCCEE e auditoria de faturas.
- **Volume de Energia:** Movimentação mínima anual de 3.200 MWh de energia, comprovada por relatórios da CCEE ou notas fiscais.

II. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

- a) **Responsável Técnico:** Atestado(s) que identifique(m) profissional de nível superior em Engenharia Elétrica com registro no CREA, como responsável técnico por serviços de migração e gestão de energia no ACL, acompanhado de cópia do contrato de trabalho ou comprovação de vínculo societário.
- b) **Equipe Mínima Sugerida:** A licitante deverá declarar que possui ou possuirá a partir da assinatura do contrato a disponibilidade de equipe técnica para o atendimento ao TJPA, composta por, no mínimo:
 - 01 (um) Coordenador Geral;
 - 01 (um) Responsável Técnico (Engenheiro Eletricista com registro no CREA);
 - 02 (dois) Analistas de Gestão e Mercado de Energia.

III. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:

- a) Para fins de comprovação, será admitido o somatório de atestados.
- b) **Veracidade:** Cada atestado deverá conter a identificação do emitente, nome e cargo do signatário, telefone e e-mail para diligências, além do período de vigência e objeto do contrato.
- c) **Engenharia de Campo:** A licitante deverá apresentar declaração de que possui capacidade de mobilização técnica para execução dos serviços de adequação de SMF nas 48 unidades judiciárias distribuídas no Estado do Pará.
- d) **Portfólio:** A contratada deverá comprovar, por meio de declaração formal e/ou documentação idônea, se a energia comercializada decorre de fonte própria (geração ou comercialização própria) ou de terceiros (gestão/representação), para fins de verificação da titularidade e da regularidade do lastro de energia renovável.
- e) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, documentos complementares como: cópia do contrato que deu origem ao serviço, endereço atualizado da contratante e local de execução, etc.

- f) O TJPA poderá, a seu critério, solicitar cópias dos contratos e respectivos aditivos, bem como notas fiscais correspondentes aos atestados apresentados ou outros documentos a fim de verificar a autenticidade das informações. A impossibilidade de comprovação implicará a invalidade do atestado.
- g) Serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou da filial da empresa participante.

14.9.2. Habilitação econômica e financeira:

() NÃO SE APLICA

(X) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(X) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + realizável a longo prazo

Passivo circulante + passivo não circulante

SG = Ativo total

Passivo circulante + passivo não circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo circulante

(X) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido** de no mínimo **10%** (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

Justificativa para a exigência dos documentos assinalados:

14.9.2.1. A exigência dos documentos de habilitação econômico-financeira ora estabelecidos justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto a ser contratado, considerando a natureza continuada, estratégica e de elevada relevância do fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), bem como os riscos operacionais e financeiros inerentes ao setor elétrico.

14.9.2.2. A apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial tem por finalidade verificar a regularidade da situação jurídico-financeira da empresa, de modo a mitigar o risco de contratação de empresa em estado de insolvência ou com incapacidade de honrar compromissos contratuais ao longo da execução, especialmente em contratos de média/longa duração.

14.9.2.3. A exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais permite à Administração avaliar a evolução financeira da empresa e sua estabilidade econômica, possibilitando a análise da consistência de suas operações, da sua estrutura de capital e da sua capacidade de suportar obrigações de médio e longo prazo, como no presente caso.

14.9.2.4. A aferição da situação financeira por meio dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), visa comprovar que a empresa possui capacidade de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, demonstrando equilíbrio entre ativos e passivos e reduzindo o risco de inadimplemento durante a execução contratual. Tais indicadores são amplamente utilizados na análise econômico-financeira e refletem parâmetros mínimos de saúde financeira.

14.9.2.5. De forma alternativa, caso não se consiga aferir os índices mínimos de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente, cabe a análise da comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos casos em que os índices financeiros não atingirem os parâmetros estabelecidos, constitui medida complementar de mitigação de riscos, garantindo que a empresa possua lastro financeiro suficiente para suportar a execução do contrato, especialmente diante da necessidade de cumprimento de obrigações no âmbito do mercado livre de energia, como garantias financeiras, liquidações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e exposição a variações de mercado.

14.9.2.6. Destaca-se que, no Ambiente de Contratação Livre, a comercializadora varejista assume responsabilidades relevantes, incluindo a gestão de contratos de energia, a representação perante a CCEE, a administração de encargos setoriais e a exposição a

riscos financeiros decorrentes de variações de consumo e preço, o que exige capacidade econômico-financeira robusta e comprovada.

14.9.2.7. Dessa forma, as exigências estabelecidas mostram-se proporcionais, necessárias e adequadas à natureza do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida legítima de proteção ao interesse público, à continuidade do serviço e à segurança da contratação, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

14.9.3. Habilitação jurídica específica:

14.9.3.1. Consórcio

☐ Sim

☒ Não

Justificativa: Inicialmente, destaca-se que o mercado de comercialização varejista de energia elétrica é amplamente estruturado e competitivo, contando com número significativo de empresas habilitadas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), plenamente aptas a executar, de forma individual, todas as obrigações contratuais exigidas. Assim, não se verifica, no presente caso, qualquer restrição de mercado que justifique a necessidade de formação de consórcios para ampliação da competitividade.

Além disso, a vedação ao consórcio contribui para a simplificação do contrato e da fiscalização, permitindo à Administração manter relação direta com um único responsável, o que favorece a eficiência administrativa, a clareza na responsabilização e a celeridade na resolução de eventuais intercorrências.

Por outro lado, também é importante ressaltar que o objeto a ser contratado não possui alta complexidade técnica e nem grande vulto, razão pela qual a não admissão de participação de consórcios é uma medida tecnicamente justificada, proporcional e alinhada ao interesse público, assegurando maior controle, segurança jurídica e eficiência na contratação.

14.9.3.2. Cooperativa

☒ Não

☐ Sim

Justificativa: A vedação à participação de cooperativas na presente licitação justifica-se pela própria natureza do objeto, que consiste no fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de comercializadora varejista.

Trata-se de atividade altamente regulada, que exige atuação empresarial estruturada, com responsabilidade direta perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), gestão de contratos de energia, cumprimento de obrigações regulatórias e assunção de riscos financeiros e operacionais. Essas características demandam organização centralizada, capacidade técnica especializada e responsabilidade integral pela execução contratual.

O modelo cooperativista, por sua vez, baseia-se na atuação descentralizada e na autogestão dos cooperados, não sendo compatível com as exigências operacionais e regulatórias do setor elétrico, especialmente no que se refere à representação formal perante a CCEE e à gestão integrada das obrigações contratuais.

Além disso, a admissão de cooperativas poderia gerar dificuldades na definição de responsabilidades, aumentando riscos para a Administração, especialmente considerando que o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial ao funcionamento do Tribunal.

Ressalta-se que a restrição não compromete a competitividade do certame, uma vez que há número suficiente de empresas no mercado aptas a executar o objeto.

Dessa forma, a vedação mostra-se adequada e necessária para garantir a segurança, a eficiência e a regular execução do contrato, em consonância com o art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

15. REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023

O reajuste contratual utilizará como base o índice oficial:

() INPC

(X) IPCA

() IPCA - E

() IGP-M

() IGP-DI

() INCC

() Outros, a especificar

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1, ° inciso XVII da IN nº 01/2023

Nos termos do item 14.8 do Termo de Referência, a futura licitação tramitará sob a sistemática de orçamento sigiloso, motivo pelo qual os valores referenciais não poderão ser divulgados.

16.1. Métrica do Valor Estimado

() Mediana

☒ Média (padrão)

() Menor Preço

16.1.1. Justificativa: A adoção da Média (padrão) como métrica para a definição do valor estimado fundamenta-se nos seguintes critérios técnicos e gerenciais:

- a) **Representatividade do Histórico de Consumo:** A estimativa foi extraída do levantamento detalhado das faturas de energia das 48 unidades judiciárias referentes aos últimos 12 (doze) meses. A média aritmética deste período permite capturar as variações sazonais de consumo características do Estado do Pará, resultando em um valor referencial que reflete fielmente a realidade operacional do TJPA.
- b) **Aderência à Lei nº 14.133/2021:** A utilização da média para itens de consumo contínuo com histórico de utilização consolidado é a prática recomendada pela legislação vigente e pelos manuais de contratações públicas, por oferecer o equilíbrio necessário entre a modicidade de preços e a garantia de execução do objeto.
- c) **Base para o Preço Fixo:** Uma vez consolidada a média de consumo em 32.000 MWh para o horizonte de 66 meses, o Tribunal obtém um parâmetro estável para julgar a exequibilidade das propostas de Preço Fixo apresentadas pelas licitantes, garantindo que a economia pretendida seja calculada sobre uma base de dados real e auditável.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotações utilizadas pelo Pedido :

Dotação	: 2026/209 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.39.43.00.00.00 - SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	
Item de Despesa	: 2468 - Serviços de Energia Elétrica - SEADM	

Dotação	: 2026/223 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.39.43.00.00.00 - SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	
Item de Despesa	: 2468 - Serviços de Energia Elétrica - SEADM	

18. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

18.1. Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN nº 003/2024-GP):

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Aos licitantes ou às empresas que praticarem infrações administrativas previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa: moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
- b) as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

18.5. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Empresa:

18.5.1. Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não causem grave dano à Administração, ao funcionamento

dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

18.5.1.1. Também será aplicada a advertência em casos de descumprimento de obrigações meramente acessórias ou falhas leves que não comprometam a migração ou a economia do Tribunal, tais como atraso no envio de relatórios informativos ou falhas pontuais de navegação na plataforma de gestão.

18.5.1.2. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

18.5.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- b) dar causa à inexecução total do contrato (de seis meses a três anos);
- c) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).

18.5.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:

- a) aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que impliquem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no subitem 18.2 deste Termo de Referência, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho mensal na fase operacional (do fornecimento de energia) ou do valor mensal estimado por unidade do TJPA afetada na fase pré-operacional.

18.5.5. Na fase pré-operacional desta contratação, caracterizada pelo período compreendido entre a assinatura do contrato e a conclusão da adaptação física e homologação dos Sistemas de Medição para Faturamento (SMF), a multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

- a) Pela inexecução parcial das obrigações, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado da unidade afetada;
- b) Pela inexecução total do objeto ou rescisão motivada por culpa da Contratada, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato.

18.5.6. Na fase operacional da contratação, que diz respeito ao fornecimento de energia, a multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

- a) Pela inexecução parcial das obrigações, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada;
- b) Pela não entrega dos certificados *I-REC* ou entrega de certificados inválidos, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal correspondente;

c) Pela inexecução total do objeto ou rescisão motivada por culpa da Contratada, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato.

18.5.7. Durante a fase pré-operacional, caracterizada pelo período compreendido entre a assinatura do contrato e a conclusão da adaptação física e homologação dos Sistemas de Medição para Faturamento (SMF), a multa de mora será aplicada nos casos de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, conforme hipóteses previstas neste Termo de Referência.

18.5.8. Na fase pré-operacional, a base de cálculo das multas de mora será o valor mensal estimado do contrato, proporcional ao número de unidades consumidoras afetadas pela infração.

18.5.9. As hipóteses de aplicação são as seguintes:

18.5.9.1. Pelo atraso injustificado na apresentação do cronograma detalhado de execução das adaptações físicas, será aplicada multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal estimado por unidade consumidora afetada, até o limite de 10% (dez por cento).

18.5.9.2. Pelo atraso injustificado no início da execução das adaptações físicas após a aprovação do cronograma pela Administração, será aplicada multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal estimado por unidade consumidora afetada, até o limite de 10% (dez por cento).

18.5.9.3. Pelo atraso injustificado após o início da execução das adaptações físicas das unidades consumidoras, será aplicada multa de mora de 2% (dois por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal estimado por unidade consumidora afetada, até o limite de 20% (vinte por cento).

18.5.9.4. Pelo atraso injustificado na obtenção da homologação dos sistemas de medição junto à distribuidora local ou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), será aplicada multa de mora de 2% (dois por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal estimado por unidade consumidora afetada, até o limite de 20% (vinte por cento).

18.5.9.5. Pelo atraso injustificado que impeça ou retarde a migração das unidades consumidoras para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), será aplicada multa de mora de 5% (cinco por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal estimado por unidade consumidora afetada, até o limite de 30% (trinta por cento) por cada unidade afetada.

18.5.10. Para fins de aplicação das multas previstas nesta seção, considerar-se-á como termo inicial a data em que a obrigação deveria ter sido cumprida, conforme cronograma aprovado ou prazo estabelecido neste Termo de Referência.

18.5.11. As multas de mora previstas nesta fase poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

18.5.12. A aplicação da multa de mora não exime a contratada da obrigação de cumprir integralmente a obrigação inadimplida, nem afasta a possibilidade de aplicação de multa compensatória ou indenização por perdas e danos, quando cabíveis.

18.5.13. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela TJPA, entre outras hipóteses:

- a) **Atraso na Migração:** Pelo atraso injustificado na adequação técnica (SMF) ou nos trâmites perante a CCEE que adiem o início do fornecimento no ACL, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor mensal estimado para a unidade judiciária afetada.
- b) **Perda da Janela de Migração:** Caso o atraso da Contratada resulte na perda da janela mensal de migração, obrigando o TJPA a permanecer no Mercado Cativo (mais caro), a Contratada deverá indenizar o Tribunal no valor correspondente à diferença entre a tarifa cativa paga e o Preço Fixo contratado, sem prejuízo da multa moratória.

18.5.10. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN nº 003/2024-GP).

18.5.11. A aplicação de penalidades à contratada será precedida de processo administrativo, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e do art. 158 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, serão observados os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e, inclusive, o devido processo legal.

19. DA PADRONIZAÇÃO

Modelo (mês/ano): março/2026

Indicar a data de retirada no Portal das Contratações:06/03/2026

20. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém/PA, 24 de abril de 2026.

Carlos Alberto Magalhães Bremgartner

Integrante Requisitante

Max Jorge Machado Santos

Integrante Técnico

Andreza Etheene Cavalcante Moura

Integrante Administrativo



Anexo I - Estimativa de quantidade: MWh a ser contratado pelo PJPA

CONTA CONTRATO	DESCRIÇÃO DA UNIDADE	consumo	Consumo 12 meses (kWh)	Consumo 12 meses (MWh)
10685	Juizado da 25	ponta	2.126,39	2,13
		fora ponta	57.964,94	57,96
12475	Anexo II - VEP	ponta	839,33	0,84
		fora ponta	35.847,62	35,85
12483	Fórum Criminal (Prédio Lateral)	ponta	9.016,98	9,02
		fora ponta	218.068,51	218,07
12491	Anexo II	ponta	2.660,88	2,66
		fora ponta	142.861,70	142,86
22098	Fórum de Santarém	ponta	9.856,12	9,86
		fora ponta	285.200,67	285,20
32808	Fórum de Castanhal	ponta	11.788,92	11,79
		fora ponta	208.336,53	208,34
42471	Juizado da Infância e Juventude	ponta	11.676,96	11,68
		fora ponta	186.089,76	186,09
203297	Juizado do Jurunas	ponta	2.411,50	2,41
		fora ponta	57.102,12	57,10
312819	Secretaria de Gestão de Pessoas	ponta	3.384,47	3,38
		fora ponta	153.695,88	153,70
2684918	Juizado Especial de Icoaraci	ponta	1.363,45	1,36
		fora ponta	39.256,73	39,26
3078035	Fórum de Mosqueiro	ponta	3.654,95	3,65
		fora ponta	72.633,36	72,63
3269167	Fórum de Alenquer	ponta	1.756,16	1,76
		fora ponta	40.406,87	40,41
4164938	Fórum de Breves	ponta	4.209,07	4,21
		fora ponta	91.620,15	91,62
4379900	Fórum de Abaetetuba	ponta	3.638,96	3,64
		fora ponta	106.032,79	106,03
4521293	Fórum de Barcarena	ponta	2.528,32	2,53
		fora ponta	67.054,64	67,05
5663342	Fórum de Tomé-açu	ponta	2.462,85	2,46
		fora ponta	42.966,67	42,97
6445810	Fórum de Bragança	ponta	4.042,48	4,04
		fora ponta	90.245,06	90,25
8110280	Juizado do PAAR	ponta	3.047,26	3,05
		fora ponta	34.896,10	34,90
8187347	Fórum de Marituba	ponta	3.517,19	3,52
		fora ponta	69.039,12	69,04
8298149	Fórum de Benevides	ponta	2.754,96	2,75
		fora ponta	84.075,92	84,08
8402442	Fórum de Viseu	ponta	1.609,50	1,61
		fora ponta	39.987,85	39,99
8806772	Fórum de Parauapebas - Principal	ponta	3.594,84	3,59
		fora ponta	96.602,50	96,60
9170812	Fórum de Santana do Araguaia	ponta	2.034,64	2,03
		fora ponta	57.531,52	57,53
10204461	Juizado da CN VIII	ponta	2.936,43	2,94
		fora ponta	50.449,10	50,45
10453194	Fórum Criminal	ponta	26.590,80	26,59
		fora ponta	698.085,60	698,09
13320764	Museu Judiciário	ponta	5.193,00	5,19
		fora ponta	104.111,03	104,11
15044535	Fórum de Marabá	ponta	17.092,32	17,09
		fora ponta	302.696,52	302,70
47507464	Fórum de Juruti	ponta	1.267,56	1,27
		fora ponta	38.250,40	38,25
85616390	Fórum de Redenção	ponta	3.924,95	3,92
		fora ponta	98.560,27	98,56
91987856	Fórum de Icoaraci	ponta	11.987,38	11,99
		fora ponta	213.830,13	213,83
96848676	Fórum de Paragominas	ponta	2.499,73	2,50
		fora ponta	82.820,16	82,82
97809682	Fórum de Igarapé Miri	ponta	4.702,98	4,70
		fora ponta	63.051,70	63,05



Anexo I - Estimativa de quantidade: MWh a ser contratado pelo PJPA

CONTA CONTRATO	DESCRIÇÃO DA UNIDADE	consumo	Consumo 12 meses (kWh)	Consumo 12 meses (MWh)
102612671	Fórum de Goianésia	ponta	1.894,37	1,89
		fora ponta	40.493,95	40,49
102619404	Almoxarifado Central	ponta	3.325,95	3,33
		fora ponta	61.868,23	61,87
106206333	Fórum de Canaã dos Carajás	ponta	2.800,55	2,80
		fora ponta	70.734,70	70,73
1000007734	Fórum de Parauapebas - anexo	ponta	1.331,63	1,33
		fora ponta	56.974,52	56,97
1000019733	Fórum de São Félix do Xingu	ponta	3.524,69	3,52
		fora ponta	53.301,50	53,30
1000022421	Secretaria de Informática	ponta	18.121,95	18,12
		fora ponta	318.982,29	318,98
3009915833	Fórum de Itaituba	ponta	3.509,90	3,51
		fora ponta	104.525,67	104,53
3012359836	Data Center	ponta	51.224,05	51,22
		fora ponta	540.178,77	540,18
3013891027	Fórum de Oriximiná	ponta	2.366,99	2,37
		fora ponta	55.207,91	55,21
3013949351	Fórum de Tailândia	ponta	2.138,05	2,14
		fora ponta	46.145,13	46,15
3014096590	Fórum de Vitória do Xingu	ponta	3.063,74	3,06
		fora ponta	54.318,64	54,32
3025067680	Fórum de Altamira	ponta	12.880,98	12,88
		fora ponta	240.851,10	240,85
3025268570	Fórum de Xinguara	ponta	2.947,20	2,95
		fora ponta	78.361,35	78,36
3025396714	Escola Judicial	ponta	23.804,84	23,80
		fora ponta	322.676,71	322,68
3033321790	Fórum de Salinópolis	ponta	2.277,36	2,28
		fora ponta	52.895,28	52,90
3033361750	Fórum de Santo Antônio do Tauá	ponta	2.804,67	2,80
		fora ponta	38.139,40	38,14
48	TOTAL	ponta	308.188,25	308,19
		fora ponta	6.065.027,07	6.065,03

	TOTAL (12 MESES)	TOTAL ARREDONDADO (12 MESES)	TOTAL ARREDONDADO (60 MESES)
Total MWh	6.373,22	6.400,00	32.000,00



Anexo II - Relação de Unidades Judiciárias

CONTA CONTRATO EQUATORIAL ENERGIA	DESCRIÇÃO DA UNIDADE	CIDADE	ENDEREÇO
10685	Juizado da 25	Belém	ROMULO MAIORANA , 1366
12475	Anexo II - VEP	Belém	REPUBLICA DO LIBANO , 332
12483	Fórum Criminal (Prédio Lateral)	Belém	TOMAZIA PERDIGAO , S/N, LARGO SAO JOAO
12491	Anexo II	Belém	TOMAZIA PERDIGAO , 240
22098	Fórum de Santarém	Santarém	MENDONCA FURTADO , S/N
32808	Fórum de Castanhal	Castanhal	PRESIDENTE VARGAS , 2639
42471	Juizado da Infância e Juventude	Belém	ALMIRANTE TAMANDARE , 873
203297	Juizado do Jurunas	Belém	ROBERTO CAMELIER , 570
312819	Secretaria de Gestão de Pessoas	Belém	TV FELIX ROCQUE , 264
2684918	Juizado Especial de Icoaraci	Belém	MANOEL BARATA , 864
3078035	Fórum de Mosqueiro	Belém	R. DEZESSEIS DE NOVEMBRO , S/N ,
3269167	Fórum de Alenquer	Alenquer	TV STO ANTONIO , S/N
4164938	Fórum de Breves	Breves	RIO BRANCO , 432
4379900	Fórum de Abaetetuba	Abaetetuba	DOM PEDRO II , 1177
4521293	Fórum de Barcarena	Barcarena	AV MAGALHAES BARATA , S/N , PC FELIPE PATRONI
5663342	Fórum de Tomé-açu	Tomé-açu	TRES PODERES , S/N
6445810	Fórum de Bragança	Bragança	ALACID NUNES , S/N
8110280	Juizado do PAAR	Ananindeua	DO MAGUARI , 1989
8187347	Fórum de Marituba	Marituba	CLAUDIO BARBOSA DA SILVA , 536
8298149	Fórum de Benevides	Benevides	JOAO FANJAS , 50
8402442	Fórum de Viseu	Viseu	R. MAJOR OLIMPIO , S/N
8806772	Fórum de Parauapebas - Principal	Parauapebas	R. OITO , 2 , QD 37
9170812	Fórum de Santana do Araguaia	Santana do Araguaia	G CARVELLI QD 32 , S/N
10204461	Juizado da CN VIII	Ananindeua	WE30 E WE33 CN VIII JUIZAD
10453194	Fórum Criminal	Belém	TOMAZIA PERDIGAO , 310
13320764	Museu Judiciário	Belém	NAZARE , 582
15044535	Fórum de Marabá	Marabá	TRANSAMAZONICA , S/N
47507464	Fórum de Juruti	Juruti	BOAVENTURA BENTES , S/N
85616390	Fórum de Redenção	Redenção	R. VICENTE PEREIRA , S/N , ESQ COM RUA PEDRO COELHO CAMARGO
91987856	Fórum de Icoaraci	Belém	MANOEL BARATA , 1123
96848676	Fórum de Paragominas	Paragominas	EIXO W II , S/N
97809682	Fórum de Igarapé Miri	Igarapé Miri	QUINTINO BOCAIUVA , S/N
102612671	Fórum de Goianésia	Gianésia	GOIANESIA , S/N
102619404	Almoxarifado Central	Belém	AUGUSTO MONTENEGRO , 6650
106206333	Fórum de Canaã dos Carajás	Canaã dos Carajás	MANAUS , 2, QD 02 LOT 02



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Engenharia e Arquitetura

Anexo II - Relação de Unidades Judiciárias

CONTA CONTRATO EQUATORIAL ENERGIA	DESCRIÇÃO DA UNIDADE	CIDADE	ENDEREÇO
1000007734	Fórum de Parauapebas - anexo	Parauapebas	R. D 06 , S/N , AO LADO DO N 770 BAIRRO CIDADE NOVA
1000019733	Fórum de São Félix do Xingu	São Felix do Xingu	JOAO GRON NEON , S/N
1000022421	Secretaria de Informática	Belém	AV PEDRO MIRANDA , 2403
3009915833	Fórum de Itaituba	Itaituba	TV PAES DE CARVALHO , S/N
3012359836	Data Center	Belém	AUGUSTO MONTENEGRO , S/N
3013891027	Fórum de Oriximiná	Oriximiná	TV CARLOS MARIA TEIXEIRA , S/N , PRACA F PATRONI
3013949351	Fórum de Tailândia	Tailândia	AV BELEM , 8 , CENTRO
3014096590	Fórum de Vitória do Xingu	Vitória do Xingu	MANOEL FELIX DE FARIAS , S/N
3025067680	Fórum de Altamira	Altamira	TRANSAMAZONICA , S/N
3025268570	Fórum de Xinguara	Xinguara	AV XINGU , S/N , AVENIDA XINGU S N ESQUINA COM A AVENIDA
3025396714	Escola Judicial	Belém	ANTONIO BARRETO , 1176
3033321790	Fórum de Salinópolis	Salinópolis	R. IV , S/N , AO LD DO POSTO DE SAUDE DAS PEDRINHAS
3033361750	Fórum de Santo Antônio do Tauá	Santo Antônio do Tauá	AV JK , S/N , EM FRENTE AO CENTRO DE FISIOTERAPIA

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

1. Nome/Razão Social:
2. CNPJ:
3. Endereço completo com CEP:
4. Fone/Celular:
5. Outros (correio eletrônico, caixa postal, etc.):
6. Banco/Nome e nº da Agência/Conta Corrente:
7. Responsável legal para assinatura do instrumento de contratação:
8. Validade da Proposta: 90 dias.
9. Objeto: **Contratação de empresa comercializadora varejista para o fornecimento de energia elétrica 100% renovável no ambiente de contratação livre (ACL) a unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e no Termo de Referência, Anexo I do edital.
10. Valor da contratação*:

Item	CATSER	PROPOSTA DE PREÇO DA ENERGIA por MWh (R\$/MWh)	Quantidade Estimada (MWh)	TOTAL ANUAL/TOTAL POR 5 ANOS (R\$)
Fornecimento de Energia 100% renovável no ambiente de contratação livre (ACL) a Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pelo período de 66 meses como comercializadora varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e Concessionária de energia local (incluindo execução de serviço de adequação do Sistema de Medição para Faturamento de cada Unidade Judiciária contemplada)	27863		6.400 por ano	R\$ xxx,xx por ano
Quantitativo e valor estimado da contratação			32.000,00 – 66 meses	R\$ xxx,xx por 66 meses

Obs: Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no código CATSER do COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

Orientações Gerais:

A proposta de preços deverá ser apresentada de forma clara e detalhada, conforme anexo III deste termo de referência, em moeda corrente nacional, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução integral do objeto, incluindo tributos (ICMS, PIS, COFINS ou quaisquer outros incidentes), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, taxas da CCEE, fretes; deslocamentos para as 48 comarcas e o lucro da empresa.

Composição da Proposta (Itens Obrigatórios):

- Indicação do Preço Fixo em R\$/MWh (Reais por Megawatt-hora), que será aplicado ao consumo medido das unidades migradas.
- Este valor deve ser único englobando todas as 48 unidades judiciárias, independentemente da localização geográfica no Estado do Pará.
- O preço proposto não poderá sofrer variações em função de bandeiras tarifárias ou oscilações do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Documentação Técnica Anexa à Proposta de preços:

Para fins de validação da exequibilidade e conformidade técnica, a licitante deverá anexar à sua proposta:

- **Comprovante de Agente na CCEE:** Comprovação de registro da empresa como comercializadora varejista ou gerador associado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- **Declaração de Fonte Renovável:** Documento formal assegurando que 100% da energia a ser fornecida provém de fontes renováveis, garantindo a entrega dos certificados I-REC mensais.
- **Cronograma Físico de Implantação:** Planejamento detalhado para a adequação das 48 unidades dentro do prazo máximo de 180 dias, considerando a logística de atendimento às comarcas do interior.
- **Termo de Ciência das Condições de Migração:** Declaração de que a licitante analisou o histórico de consumo do TJPA e está ciente dos prazos regulatórios de denúncia junto à Equatorial Pará.
- **Demonstração da Plataforma:** Breve memorial descritivo das funcionalidades da plataforma de gestão eletrônica que será disponibilizada ao Tribunal.

Nome e assinatura do representante legal da empresa RG: CPF



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Minuta

CONTRATO Nº 00X/2025/TJPA, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA CONTRATAÇÃO DE
SERVIÇO DE EMPRESA COMERCIALIZADORA
VAREJISTA PARA O FORNECIMENTO DE
ENERGIA ELÉTRICA 100% RENOVÁVEL NO
AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL) A
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração, Senhor **MAURÍCIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, doravante denominada **CONTRATADA**, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx– UF. CEP xx.xxx-xxx, Tel./Fax: (0xx) xxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, apresentados nos autos, resolvem celebrar, perante as testemunhas que subscrevem, o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato é decorrente do Pregão Eletrônico n.º xx/202x, fundamentada na Lei 14.133/2021, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0004127-59.2025.8.14.0900.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto deste instrumento é a prestação de serviços comuns de Comercialização Varejista de Energia Elétrica para o fornecimento de energia de fonte 100% renovável, destinada ao atendimento de Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), mediante migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1 O Termo de Referência;

2.2 O Edital da Licitação n.xx/202x;

2.3 A Proposta do CONTRATADO;

2.4 2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O serviço descrito no termo de referência é o seguinte:

Item	CATSER	Quantidade Estimada (MWh)
Fornecimento de Energia 100% renovável no ambiente de contratação livre (ACL) a Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pelo período de 66 meses como comercializadora varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e Concessionária de energia local (incluindo execução de serviço de adequação do Sistema de Medição para Faturamento de cada Unidade Judiciária contemplada)	27863	6.400 por ano
Quantitativo estimado da contratação		32.000,00 – 66 meses

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência da contratação é de 66 (sessenta e seis) meses, a contar da data da última assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e em conformidade com os normativos internos do TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2 Apresentação de relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.3 Justificativa e motivação, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.4 Manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.5 Existência de créditos orçamentários suficientes para suportar a prorrogação;
- 2.6 Pesquisa de preços atualizada, em conformidade com a regulamentação do TJPA, comprovando a vantajosidade econômica;
- 2.7 Comprovação de que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUINTO - O procedimento de aditamento para prorrogação dos contratos deverá ser iniciado, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência contratual, devidamente justificado, e será formalizado por meio de termo aditivo

PARÁGRAFO SEXTO - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total do contrato é de R\$ xxx.xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) reais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor total estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusos tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente no Banco xxxxxxxxxxxx; Agência: xxxxx Conta corrente: xxxxxxxxxxxx, mediante a apresentação de fatura emitida pelo contratado em correspondência ao objeto executado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 09/04/2026 conforme art. 89 da Instrução Normativa 02/2024 do TJPB que instituiu, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPB, o regime jurídico da Lei nº 14.133, 2021, para estabelecer a aplicação de suas regras e procedimentos, na fase de seleção do fornecedor, das aquisições de bens e contratação de serviços, abrangendo obras, serviços de engenharia e arquitetura e soluções de tecnologia da informação e comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUARTO - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO QUINTO - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SEXTO - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PARÁGRAFO OITAVO - Cientificar a Secretaria de Administração do PJPA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO NONO - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá apreciar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do protocolo do requerimento, as matérias tratadas no PARÁGRAFO NONO, podendo esse prazo ser prorrogado, de forma excepcional e mediante justificativa, por igual período, quando a análise demandar maior complexidade

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Responder, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo contratado, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, ressalvado que, em casos de maior complexidade, o prazo poderá ser estendido, mediante justificativa formal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O prazo previsto no PARÁGRAFO DÉCIMO E DÉCIMO PRIMEIRO será suspenso nos casos em que for atestado a não entrega da documentação necessária para fundamentar a solicitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, conforme §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as disposições a seguir:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Disponibilizar número telefônico, e-mail ou outro meio hábil para contato pelo contratante, bem como os dados do responsável pelo atendimento

PARÁGRAFO SEGUNDO - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado entre as partes, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

PARÁGRAFO QUARTO - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 1990, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exista, o valor correspondente aos danos sofridos, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO QUINTO - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SEXTO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

aos tributos federais e à Dívida ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

PARÁGRAFO OITAVO - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução contratual.

PARÁGRAFO NONO - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO- Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas no parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de extinção do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO- Ter profissionais registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os dados obtidos em razão deste contrato administrativo somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUARTO - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO QUINTO - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

PARÁGRAFO SEXTO - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas contratações de serviços com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso opção pelo seguro-garantia, o contratado terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

- 1) A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 2) Caso o contratado não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 3) A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o CONTRATADO não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUINTO - Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do TJPA, com correção monetária.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- 1) O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

PARÁGRAFO NONO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 1) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório;
- 2) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Em caso de seguro - garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judícia, conforme art. 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, I.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- 1) A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 2) A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

PARÁGRAFO SEGUNDO - As condições de manutenção e de assistência técnica, estão expressamente definidas no Termo de Referência, incluindo, os prazos de atendimento, forma de acionamento, abrangência dos serviços e responsabilidades da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

2.1 Advertência;

2.1.1 - Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

2.1.2 - A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

2.2 Impedimento de licitar e contratar;

2.2.1 A contratada ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

2.2.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2.2.1.2 dar causa à inexecução total do contrato;

2.2.1.3 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

2.2.1.4 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

2.2.1.5 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

2.2.1.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

2.3.1 Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

2.3.1.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

2.3.1.2 fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;

2.3.1.3 comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza

2.3.1.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

2.3.1.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

2.4 Multa:

A aplicação se dará conforme o item– DAS SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES, do Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 58 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 7º, §1º da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação (art. 39 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa n. 03/2024-GP que regulamentou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, o procedimento para apuração e aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 28 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - A alteração social ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

PARÁGRAFO OITAVO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme dispõe o art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO NONO - O CONTRATANTE poderá ainda:

1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O contrato também poderá ser extinto caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça do Pará, para o exercício de 202X, na classificação abaixo:

- Ação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
- Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxxxx
- Fonte: xxxxxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelo art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e não podem transfigurar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela equipe de gestão e fiscalização designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA INTERPRETAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

PARÁGRAFO ÚNICO - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem assim, justos e acordados, firma-se o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário de Administração Tribunal de Justiça do Pará.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Contratada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX